



Índice

- 01** Reserva extrativista promove o uso sustentável dos recursos naturais
- 02** Educação Indígena continua avançando em todo o Estado
- 03** Indígenas Guarani, o direito à cidade e o Plano Diretor
- 04** Talvez não haja ressurreição após a via sacra dos índios no Brasil
- 05** Os irresponsáveis ambientalistas
- 06** Parece incrível, mas em 125 anos de República o Brasil só teve um parlamentar indígena
- 07** Saúde indígena em situação precária
- 08** Seminário discute identidade da mulher indígena em Cabrobó, PE
- 09** Museu Vanuïre realiza encontro paulista sobre questões indígenas
- 10** V Semana do Índio debate importância do esporte e violência à mulher indígena nessa semana
- 11** Organizações indígenas e indigenistas fazem evento na capital
- 12** Madeiros ilegais são detidos em terra indígena Menkragnoti, no PA
- 13** Estudantes indígenas têm direito à educação multicultural e bilíngue
- 14** Seminário discute identidade da mulher indígena em Cabrobó, PE
- 15** CDHs discutirão situação de indígenas em conflitos agrários



-
- 16 Tribo em risco de extinção ameaçada por grupos armados na Colômbia
 - 17 Faltam interesse e vontade política de assumir a questão indígena, diz Cimi
 - 18 Mostra Audiovisual debate questão indígena com o filme "Terra Vermelha"
 - 19 Justiça mantém mandado de prisão contra Babau Tupinambá impedindo ida da liderança ao Vaticano
 - 20 'Índios planejam vingança', alerta 'A História Sensacionalista do Brasil'
 - 21 20% dos homicídios registrados este ano em Dourados aconteceram na Reserva Indígena
 - 22 Semana dos povos indígenas debate construção de hidrelétricas
 - 23 Segurança alimentar, geração de renda e recuperação ambiental em aldeias
 - 24 Indígena encontrado em fossa estava desaparecido há 8 dias
 - 25 Agricultores e comunidade indígena entram em acordo na Bahia
 - 26 Associação Amigos do Bem e parceiros inauguram Biblioteca Cidadã em escola indígena
 - 27 Deputado baiano filho visita São José do Xingu
 - 28 Comemorações do Mês do Índio em Embu continuam
 - 29 Madeiros ilegais são detidos em terra indígena Menkragnoti, no PA
 - 30 Na "Semana do Índio" Murilo é batizado e recebe nome indígena



Reserva extrativista promove o uso sustentável dos recursos naturais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 19.04.2014

Plano de manejo da resex marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança (PA), prioriza o conhecimento tradicional da comunidade local

Em 2013, a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, em Bragança, litoral do Pará teve seu Plano de Manejo aprovado e começando a vigorar. Como Resex Marinha, os principais recursos naturais utilizados pelos extrativistas são provenientes dos ecossistemas do manguezal, restingas, praias, ilhas costeiras, estuários, igarapés e campos naturais.

Segundo o chefe da Resex Caeté-Taperaçu, Fernando Repinaldo Filho, as comunidades detêm ainda um amplo e rico conhecimento tradicional sobre os recursos naturais, ecossistemas e sobre as causas e efeitos da interação do homem com esses elementos. "No Plano de Manejo da Resex, houve o apontamento e priorização de programa de conhecimento que reconheça e identifique o conhecimento tradicional dessas comunidades, de forma a subsidiar o ordenamento dos recursos, e o reconhecimento e proteção de tal patrimônio cultural junto a outras políticas públicas", informou o chefe da reserva.

Mesmo a reserva estando inserida no município de Bragança - o mais antigo do Pará e que mantém diversas tradições que atraem turistas e visitantes - o turismo de base comunitária ainda não está organizado lá. "Quanto ao potencial turístico, este é enorme. A área da Resex abriga diversos sistemas de pesca, ninhais de aves como guarás, colhereiras; além de diversas e belíssimas praias e ilhas. Há a previsão no Plano de Manejo da reserva em desenvolver programas com tal finalidade para área zoneada chamada de zona prioritária para o turismo sustentável", destacou Fernando.

Cadeia sustentável na Resex Caeté-Taperaçu

Das florestas de mangue, por exemplo, são extraídos o caranguejo-uçá - a fonte de alimento e renda de quase duas mil famílias envolvidas em atividades que vão da captura ao beneficiamento. A extração de madeira dos manguezais também ocorre, só que de maneira seletiva e mediante autorização, com foco na confecção dos petrechos, ranchos de pesca (residência temporária dos pescadores), e lenha (parte seca das árvores coletadas).

Das árvores do mangue são utilizadas ainda diferentes partes da planta com finalidades medicinais. Das árvores mortas são ainda explorados o turu, um molusco com aparência vermiforme, muito apreciado e prestigiado pelo seu sabor e suas propriedades terapêuticas. São exploradas, ainda, coméias nativas para extração de mel.

Já das matas de restinga são explorados diversos frutos e sementes, tais como: caju, ajiru, babaçu, muruci, bacuri, coco entre outros, além do uso seletivo da madeira também.

CONT.



Nos rios da região, onde mais de 60 espécies de peixe são explorados economicamente, além de seus estuários, campos salinos, praias e ilhas são desenvolvidas diversas técnicas de pesca tradicional, com redes-de-entalhe, espinhéis (várias linhas com anzóis), armadilhas como o muzuá e curral-de-pesca.

A comunidade extrativista se envolve em diferentes modos de produção, tais como o repasse a atravessadores/ marreteiros fixos, até a venda direta ao mercado consumidor mais próximo (Bragança/PA).

Também são feitas trocas entre produtos da pesca por produtos da agricultura familiar, além da produção de artesanatos com resíduos e matérias-primas do manguezal. Outra atividade importante é o beneficiamento de alguns recursos, como peixes, caranguejos e moluscos (sururu e mexilhão), mas ainda no início.

Diferente das Resex do Lago Cuniã e Tapajós-arapiuns, abordadas em reportagem anterior, Caeté-Taperaçu possui pouquíssimos extrativistas inseridos em organizações produtivas formais. A quase totalidade da produção é estabelecida com atravessadores/ marreteiros, que dominam e controlam a destinação da produção.

Sustentabilidade em Unidades de Conservação

Nas Unidades de Conservação federais do grupo 'Uso Sustentável' que possuem populações tradicionais em seu interior, tais como Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, é permitido o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades. Tratam-se de atividades que se constituem em fontes alternativas de renda, trabalhadas dentro de preceitos sustentáveis e envolvendo a gestão participativa dessas populações.

Cabe ressaltar que, na região conhecida como "Salgado Paraense" compreende as Reservas Extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Arai Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré-Mato Grosso e Soure, predomina, entre as populações tradicionais, a atividade de artesanato, associada à pesca artesanal e à cata do caranguejo.



Educação Indígena continua avançando em todo o Estado

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 19.04.2014

Promovendo a qualidade de ensino em combinação com a preservação cultural, o trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE), ao longo da última década, vem se destacando em diversos segmentos da sociedade, com ligação direta com as revoluções sociais do Brasil nos últimos 40 anos.

Em território brasileiro, existem mais de duas mil escolas indígenas. No Acre, desde que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada, com número 9.394 em 20 de dezembro de 1996, observa-se um aumento significativo no número de alunos, escolas e professores.

Mais de sete mil alunos

Desde o ano 2000, o governo do Estado, por meio da SEE, assumiu a formação básica dos professores indígenas seguindo um currículo que leva em consideração os conhecimentos das etnias presentes no estado, agregando conhecimentos das demais sociedades, em que o exercício do magistério é executado, preferencialmente, por professores índios ou ligados à região em que lecionam.

Em 1999, existiam 57 escolas e 1.808 alunos, somados às redes de ensino estadual e municipal. Atualmente, dentro das duas redes, contam-se 197 escolas, com 7.452 alunos matriculados.

E para atender a crescente demanda, desde o ano de 2000, em parceria com a Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre, pioneira no oferecimento de Cursos de Formação de Professores Indígenas, a SEE vem oferecendo formação para professores de 15 etnias presentes no Acre, aliando tradição cultural com o ensino de qualidade.

Investimentos

No que se refere à infraestrutura dos prédios escolares, com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o governo do Estado construiu, entre 2011 e 2012, 22 escolas distribuídas em 11 terras indígenas nos municípios do Vale do Juruá, Alto Acre e Tarauacá-Envira, com valor estimado em mais de R\$ 1 milhão.

No biênio de 2013 a 2014, o governo do Estado vem trabalhando para garantir a construção de 49 prédios escolares, de até cinco salas de aula, com orçamento superior a R\$ 2 milhões.

Além das construções escolares, as formações iniciais e continuadas para professores indígenas vêm sendo estimuladas nos municípios acreanos. Em 2014, serão realizadas formações para 351 professores, de 14 etnias, em magistério indígena, e 103 em formação continuada,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

fazendo com que a SEE possua, em seu quadro atual, 97 professores com formação superior.
Destaque nacional

As ações da educação indígena já receberam destaque e veiculação na revista Nova Escola, enfatizando o trabalho realizado na SEE no sentido de respeitar, valorizar e preservar os conhecimentos e a cultura dos povos.

Para a reportagem, a equipe da revista visitou duas terras indígenas para ver como estudam os katukinas e puyanáwas. O que chamou a atenção foi o currículo como instrumento de valorização da língua e dos costumes indígenas das duas etnias, e o projeto político pedagógico específico para cada comunidade, tendo como eixo norteador o fortalecimento da cultura e saberes locais.

De acordo com Maria do Socorro Oliveira, coordenadora estadual da Educação Indígena no Acre, "muitos avanços significativos levaram ao aumento de demanda, mas de todas as conquistas da Educação Escolar Indígena, no Acre, consideramos muito emblemático o fortalecimento de seus projetos societários e, principalmente, de suas identidades".



Indígenas Guarani, o direito à cidade e o Plano Diretor

SÍTIO CARTA CAPITAL, 19.04.2014

Quantos são, onde e como moram, que direitos têm os indígenas que habitam São Paulo?

Nesta semana, indígenas guarani de aldeias localizadas na Região Metropolitana de São Paulo ocuparam o interior do Pátio do Colégio, local onde a cidade foi fundada em 1554, em meio a um aldeamento de índios. Os guarani reivindicam do Ministério da Justiça a demarcação de suas terras nessa região.

Perto dali, na Câmara Municipal, movimentos de moradia, associações de moradores, grupos culturais, ambientalistas, cicloativistas e agricultores familiares participaram de audiências públicas sobre o substitutivo do Plano Diretor e, majoritariamente, defenderam sua aprovação. Os dois fatos, aparentemente desconexos, são faces da diversidade social e cultural de São Paulo e expressam diferentes vertentes da luta pelo direito à cidade.

Para a maioria dos paulistanos, a presença indígena em São Paulo se reduz à memória gravada nos nomes dos bairros, das ruas e das praças da cidade. Anhangabaú, Tamanduateí, Tatuapé, Butantã, Jurubatuba são nomes guarani que remetem à água, às plantas e aos animais como é comum na língua desse povo cujo modo de vida é indissociável da floresta e da natureza.

Não é de memória que tratamos neste 19 de abril, dia do Índio, mas da atualidade: os guarani ainda vivem em nossa cidade. Quantos são, onde e como moram, que direitos têm os indígenas que habitam São Paulo?

Os guarani são cerca de 2100 índios vivendo em seis aldeias, quatro na região de Parelheiros, ao sul, e duas no Jaraguá, ao noroeste. Dessas, apenas três são homologadas, totalizando exíguos 53,7 hectares. Vivendo em uma situação de apinhamento que é totalmente estranha a seu modo de vida tradicional, os guarani sofrem com falta de espaço e de saneamento básico, que geram uma alta incidência de doenças e violência. Ainda assim, mantém suas tradições, sua língua e religiosidade, e educam as crianças segundo seus usos e costumes, apesar de todas as dificuldades. A demarcação de suas terras é essencial para que possam voltar a viver plenamente de acordo com suas tradições e modo de vida.

Na Terra Indígena Tenondé Porã vivem cerca de 1400 índios. Situada no extremo sul, abriga as aldeias Barragem, Krukutu e Tekoa Eucalipto, no município de São Paulo e também uma aldeia em São Bernardo. Atualmente, somente as duas primeiras, com 26 hectares cada, são demarcadas, diferente de seu território reconhecido pela FUNAI, que abrange 16.000 hectares nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e São Vicente.

A Tenondé Porã, que em guarani significa futuro bonito, é contígua às terras indígenas Rio Branco e Aguapéí, situadas no município de Itanhaém, formando uma área quase totalmente

CONT.



recoberta pela Mata Atlântica e que se estende pela Serra do Mar, território tradicional dos guarani desde tempos imemoriais. Na sua porção paulistana, sobrepõe-se à Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos. Nenhuma contradição aí, pelo contrário: a demarcação da terra indígena só reforça a conservação da floresta e dos mananciais que ela protege.

Na Terra Indígena Jaraguá, situada na zona noroeste da capital, vivem cerca de 700 índios nas aldeias Ytu e Pyau, mas apenas a primeira é homologada, com míseros 1,7 hectares. É a menor terra indígena do Brasil. O território reconhecido pela FUNAI, cuja homologação é reivindicada pelos indígenas, abrange 532 hectares no município de São Paulo, entre as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Nessa região a situação é crítica, pois as terras estão em áreas de forte valorização e são cobiçadas por empreendedores. Os índios da aldeia Pyau, localizada no território reconhecido pela FUNAI, mas ainda não homologado, estão sofrendo uma ação de despejo.

Os guarani tem direito a essas terras. A Constituição Brasileira garante, no artigo 31, os direitos originários dos índios às terras que tradicionalmente ocuparam e que foram utilizadas para as suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessidades de reprodução física e cultural desses povos, segundo seus usos, costumes e tradições.

A demarcação de terras indígenas compete à União, e é regida por um processo que se inicia com estudos de natureza etno-histórica, jurídica, cartográfica e ambiental, realizados sob orientação da FUNAI e coordenados por antropólogos. Com base nesses estudos é reconhecida a delimitação e são feitos os estudos fundiários, indenizados os habitantes não indígenas e realizada a demarcação. Ambas as terras, Tenondé Porã e Jaraguá, já foram reconhecidas e delimitadas, mas falta demarcá-las para reconhecer definitivamente os direitos do povo guarani.

O município não pode interferir no processo, mas deve reconhecer o direito dos guarani. Por essa razão, a proposta de substitutivo que elaborei como relator do Plano Diretor Estratégico incorporou as terras indígenas demarcadas e o território reconhecido e delimitado pela FUNAI como integrante do Sistema de Áreas Verdes, Protegidas e Espaços Livres. Desta forma, garante-se uma proteção que coíbe a ocupação das terras até que a situação seja definitivamente resolvida pelo governo federal.

O Plano Diretor define como zona rural as terras indígenas reconhecidas, a fim de evitar a urbanização e incentivar usos como agricultura orgânica e ecoturismo, menos impactantes que a ocupação urbana. Propõe também uma gestão integrada com as unidades de conservação municipais, uma vez que não existe incompatibilidade entre a proteção ambiental e a demarcação de terras indígenas. Pelo contrário, ao garantir o direito dos guarani às suas terras também se garante a proteção das águas e da biodiversidade pois a sustentabilidade não é uma novidade para o povo guarani: é a essência de seu modo de vida, intrinsecamente ligado à Mata Atlântica.

Nesse Dia do Índio, os paulistanos que aproveitam o feriado da Páscoa devem refletir sobre a necessidade de se reconhecer o direito dos indígenas à demarcação das suas terras.



Talvez não haja ressurreição após a via sacra dos índios no Brasil

SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 20.04.2014

POR JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE

A Semana do Índio celebrada nas escolas do Brasil coincidiu este ano com a Semana Santa, quando o mundo cristão rememora a paixão e morte de Cristo. Em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, a II Bienal Brasil do Livro e da Leitura programou no sábado de aleluia, Dia do Índio, o seminário Narrativas Contemporâneas da História do Brasil. Numa das mesas, no Auditório Jorge Amado, a índia Fernanda Kaingang, advogada com mestrado em Direito Público, debate as desigualdades sociais no Brasil com Muniz Sodré, Afonso Celso e este locutor que vos fala.

Qual é o índio celebrado cada ano, em abril, que emerge nas narrativas da história do Brasil? O índio de Pero Vaz de Caminha que permanece no imaginário dos brasileiros? Aquele escravizado pelos bandeirantes ou o catequizado pelos missionários? O índio da senadora Kátia Abreu e do agronegócio "obstáculo ao progresso"? Ou o das descrições etnográficas dos antropólogos, que nos ensina que outro mundo é possível? O "índio atrasado" ou o que acumulou sofisticados saberes? A vítima do colonialismo ou o combatente que resistiu?

Afinal, qual o pedaço de nós que comemoramos no Dia do Índio? Ou ele não é parte de nós? No século XVI, na polêmica com o advogado Sepúlveda, Bartolomeu De Las Casas afirmou que durante todo o período colonial milhares de Cristos foram crucificados na América, sem a esperança da ressurreição. Testemunha da dor, do sofrimento e da resistência dos índios, Las Casas descreve o trajeto seguido por eles carregando a cruz numa via sacra dolorosa, que vai do Pretório Ibérico até o Calvário, de 1492 aos dias atuais.

As Estações

Logo na 1ª Estação, o índio é condenado à morte. Colombo e Cabral que aqui desembarcam com a cruz, perguntam às Coroas Ibéricas: "O que faço com o índio?" Aqueles que querem se apropriar das terras indígenas gritam: "Que o crucifiquem". Os reis lavam as mãos e através de leis e ordenações do Reino, entregam o índio aos seus súditos.

Despojado de suas terras, escravizado, na 2ª Estação, o índio começa a carregar a cruz às costas, num processo que não terminou. Las Casas registra a invasão das aldeias, o massacre e a prisão dos índios nas chamadas 'guerras justas': "Oh! Grande Deus e Senhor, como podiam ser escravizados de 'forma justa' estando em suas próprias terras e em suas casas sem fazer mal a ninguém?".

Na 3ª Estação, o índio cai pela primeira vez, numa jornada de trabalho que dura até 18 horas diárias, segundo Las Casas que detalha o recrutamento de menores e mulheres gestantes, os acidentes de trabalho, os castigos físicos, as doenças, a alimentação insuficiente: "E até

CONT.



mesmo as bestas costumam ter um tempinho de liberdade para pastarem no campo e os nossos espanhóis nem sequer isto concediam aos índios".

O encontro com a Mãe acontece na 4ª Estação. A Mãe Terra, que dá vida aos seres do universo, símbolo da fecundidade e da biodiversidade, tem sua alma transpassada por uma espada. Matas devastadas, minas escavadas em busca de metais preciosos, rios poluídos, animais, plantas e gente exterminados: a Mãe Terra é ferida de morte. Acontece a maior catástrofe demográfica da história da humanidade: nunca um continente foi esvaziado tão rapidamente como a América, escrevem os demógrafos da Escola de Berkeley.

A cruz pesa em demasia. Na 5ª Estação, os soldados obrigam Simão de Cirene, do Norte da África, a ajudar a carregar a cruz, ao lado do Negro oriundo do mesmo continente. Com o rosto ensanguentado, sujo, cansado e cheio de escarros, na 6ª Estação o índio espera que apareça uma Verônica para enxugá-lo, para deixar a imagem da coroa de espinhos gravada no lenço. Em vão. Como no poema "Los dados eternos", de César Vallejo, vem a justificativa: "Tu no tienes Marias que se ván".

Eliminar da História

Na 7ª Estação o índio, esgotado, cai pela segunda vez, depois das novas investidas dos bandeirantes, cujo *modus operandi* é descrito por Raposo Tavares em depoimento ao padre Vieira "Nós damos uma descarga cerrada de tiros: muitos caem mortos, outros fogem. Invadimos, então, a aldeia. Agarramos tudo o que necessitamos e levamos para as nossas canoas. Se as canoas deles forem melhores que as nossas, nós nos apropriamos delas, para continuar a viagem".

As mulheres de Belém estavam na 8ª Estação, ao lado de Maria Quitéria de Jesus, a baiana heroína da Guerra da Independência, que depois recebeu o título de Patrona dos Oficiais do Exército Brasileiro. No encontro com o índio, as mulheres paraenses e até Maria Quitéria, embora sendo de Jesus, não choraram por ele, mas por elas mesmas e por seus filhos. Na 9ª Estação, a terceira queda sob o peso da cruz ocorre, quando Paulo de Frontin, presidente da Comissão do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, no seu discurso oficial de abertura, declara:

"O Brasil não é o índio; os selvícolas, esparsos, ainda abundam nas nossas magestosas florestas e em nada differem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade; a esta cabe assimilá-los e, não o conseguindo, eliminá-los".

As cinco últimas estações da via sacra, a caminho do Calvário, se localizam já no Brasil republicano. O índio despojado de sua língua, de seus saberes, é definitivamente eliminado das narrativas sobre a história do Brasil.

Na 10ª Estação, o índio é esbofeteado na comemoração do 5º Centenário, em 2000, quando o então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, depois de fazer uma apologia dos bandeirantes, propõe a criação do Museu Aberto do Descobrimento, incompatível com a historiografia crítica

CONT.



e com o projeto intelectual de renovação da cultura brasileira, numa vitória inequívoca do obscurantismo intelectual.

Anos depois, já como ex-ministro, Weffort publica o livro "Espada, Cobiça e Fé – As Origens do Brasil". No desenho que faz do nosso país, ele justifica o calvário dos índios, afirmando que os bandeirantes faziam "parte de uma cultura na qual a violência na vida cotidiana e o saqueio na guerra eram recursos habituais. (...) Sei que os bandeirantes foram brutais e violentos, mas conquistaram esta terra. Todos temos uma dívida com eles. Então é preciso entendê-los".

Diakui Abreu

Na 11ª Estação, o índio é ferido de morte pelo escárnio da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO, viche, viche) em artigo no Caderno Mercado da Folha de São Paulo – Cidadania, e não apito. Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), ela repete pela milésima vez que o calvário dos índios se deve ao "difícil acesso à saúde e não à falta de terra", fingindo não ver a relação entre uma e outra. Admite, no entanto, que "se o problema consiste em terra, que sejam compradas a preço de mercado" pelo Estado brasileiro "com seus próprios meios que são os impostos extraídos de toda a população brasileira".

Na 12ª Estação, ela tenta convencer o índio agonizante que gosta dele e, por isso, "minha homenagem pessoal aos povos indígenas fiz a cada nascimento de meus filhos que não por acaso se chamam Irajá, Iratã e Iana". Além das terras, a senadora se apropria também dos nomes indígenas. Anunciará qualquer dia, no Caderno Mercado, que vai ao Cartório mudar de Kátia para Diakui Abreu.

Na 13ª Estação, o deputado federal Osmar Seraglio (PMDB – PR, viche, viche), relator da Proposta de Emenda Constitucional – a PEC 215 – enfia uma lança no ventre do índio ao justificar, em artigo na FSP (19/04/14) que o poder de demarcar terras indígenas deve ser transferido do Executivo para o Congresso Nacional, atendendo os interesses da bancada ruralista, que torna inviável qualquer processo de demarcação.

O protagonista da 14ª e última estação é o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP- RS, viche, viche). Ele apoia a Portaria do Ministério da Justiça que, antes mesmo da aprovação da PEC 215, já permite a ingerência dos ruralistas nos estudos sobre demarcação de terras indígenas. Na audiência realizada no município de Vicente Dutra (RS), Heinze afirma que "índios, quilombolas, gays e lésbicas são tudo o que não presta".

A partir daqui, a via sacra continua, desdobrando a agonia lenta e inexorável em outras estações, colocando em dúvida se um dia haverá ressurreição.



Os irresponsáveis ambientalistas

SÍTIO PRAVDA, 20.04.2014

Na última década, temos assistido surgir em território brasileiro centenas de ONG's em defesa das mais diversas causas ou com os mais variados interesses, muitas vezes até inexplicáveis, como a de atualmente haver muito mais dessas ONG's na região Amazônica ou em diversas outras partes do país, atuando em defesa das "nações" indígenas e da preservação de animais, do que nas regiões de extrema pobreza do país, como no Nordeste, onde nossos compatriotas, seres humanos, sobrevivem sem nenhum tipo de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, transporte, e muitos deles literalmente passam fome.

O que se observa por trás desta realidade é que no sertão nordestino elas não encontram tantos minérios ou espécimes do bioma amazônico - que são ilegalmente subtraídos do país, principalmente pelas indústrias multinacionais de medicamentos e por contrabandistas de minérios -, ouro e pedras preciosas. É por isto que existem no Amazonas áreas de acesso totalmente restrito a brasileiros, mas liberado a estrangeiros e também, são estes os motivos de milhares de brasileiros, corruptos ou imbecis - inclusive políticos e funcionários públicos responsáveis pelos órgãos que deveriam cuidar dos índios e do meio ambiente -, continuarem apoiando essas ONG's.

Há menos de um ano eram comuns os protestos contra a construção de mais Usinas Hidrelétricas no país sob a alegação de que prejudicariam o meio ambiente e que o alagamento da área para uma das represas exigiria a mudança de uma tribo indígena do local que habitam. Entretanto, o clima mudou e estamos enfrentando uma seca que em determinadas regiões já é a maior dos últimos cinquenta anos, enquanto em alguns locais - exatamente da região norte -, diversas cidades estão isoladas pela ocorrência de tantas chuvas, que inundaram as estradas que a elas dão acesso.

Por outro lado, a falta de chuvas já sinaliza um provável racionamento de energia e em algumas regiões, como a da grande São Paulo, também de água. Enquanto isso, mais de seiscentos projetos para a construção - pela iniciativa privada -, de Pequenas Centrais Hidrelétricas, as PCH's, que, juntas, certamente supririam, com folga, toda a carência energética do país, que inclusive, atualmente, impede até seu desenvolvimento industrial, continuam engavetados na Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica -, sem sequer serem examinadas.

Existe alguma explicação lógica para, sendo o Brasil o país com o maior potencial hídrico do mundo, estar impedido de progredir por falta de energia elétrica e abastecimento de água potável? Claro que sim: a corrupção. Enquanto falta energia hidrelétrica, além de não progredirmos, temos de suprir nossas necessidades com Usinas Termelétricas, movidas a combustíveis fósseis, cuja geração é muito mais cara e poluente, mas pertencentes a grandes grupos internacionais ou a grandes empresários, amigos ou sócios de grupos políticos corruptos que hoje influem no comando do país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Constatadas na prática essas necessidades, sumiram da mídia todos os ambientalistas que protestavam contra suas construções e os políticos atrelados a tais ONG's. Na realidade, esses literalmente bandidos, sempre fingiram defender a minoria indígena, mas só os utilizava como massa de manobra para buscar lucros em benefício próprio, quando deveriam pensar em termos da população geral do país e não se preocupar com a necessidade de mudança de local de uma minoria, em benefício da maioria.

As usinas hidrelétricas e as pequenas centrais hidrelétricas precisam ser construídas em todas as regiões do país, pois além de gerarem energia mais barata e limpa, seus lagos e represas são depósitos de água para abastecer os brasileiros em épocas de seca como a que agora atravessamos.

O país não precisava investir bilhões de dólares na construção de campos de futebol para uma Copa do Mundo ou na construção de portos em outros países, mas esse investimento seria até barato se a população, com esses erros de seus governantes, aprendesse a votar.

O Brasil precisa ser governado por um patriota, que invista na educação, saúde e infraestrutura, para que o povo, culto, possa progredir e não vote mais nos corruptos que aí estão.

João Bosco Leal* www.joaoboscoleal.com.br

*Jornalista e empresário



Parece incrível, mas em 125 anos de República o Brasil só teve um parlamentar indígena

SÍTIO SURGIU, 20.04.2014

Acabou eleito deputado federal pelo PDT de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, com mais de 30 mil votos, na eleição de 1982

Parece incrível, mas em 125 anos de República o Brasil só teve um parlamentar indígena: Mario Juruna (1942-2002). E nunca mais foi Dia do Índio no parlamento desde que ele saiu de lá –em vez disso, multiplicaram-se no Congresso os inimigos da causa indígena. No final da década de 1970, Juruna se tornara conhecido por empunhar um gravador onde registrava as falsas promessas feitas por altos funcionários do governo de devolver as terras dos Xavante. Dizia: “homem branco mente muito”. Acabou eleito deputado federal pelo PDT de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, com mais de 30 mil votos, na eleição de 1982.

Sua passagem pelo Congresso foi marcada pela tentativa de ridicularizá-lo e de transformá-lo num bufão. Jô Soares, em seu programa humorístico na Globo, logo criou um índio que mal sabia falar o português para que os telespectadores rissem dele. O general João Baptista de Figueiredo, último presidente militar, foi o primeiro a rosnar contra Juruna, dizendo que o Rio de Janeiro só tinha eleito “índios e cantores de rádio”. Seu ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, verbalizou a definição inconfessável que estava em todas as cabeças da direita: “aculturado exótico”.

O líder xavante fora convencido a entrar na política por Darcy, que denunciou a campanha contra o índio deputado feita sobretudo pela imprensa. “Este índio novo, tão melhor armado para a sua própria defesa, provoca grandes antipatias. O seu símbolo maior, Mário Juruna, chega a desencadear ódios como se fosse um ser detestável. É profundamente lamentável que até a imprensa mais respeitável do país, a exemplo do Jornal do Brasil, tenha mantido, durante anos, uma campanha sistemática de desinformação contra o deputado Mário Juruna, através dos procedimentos mais antiéticos, indignos da sua tradição jornalística.” Segundo Darcy, foi “graças à mobilização que ele fez de todos os Xavantes e à declaração de guerra que impôs à sociedade brasileira, que recuperou para o seu povo mais da metade do território tribal, roubado com a conivência de funcionários da FUNAI”.

No dia da sua posse como deputado, em março de 1983, Juruna foi aplaudidíssimo, mais até que Ulysses Guimarães. Decidido a só fazer seu primeiro discurso no Dia do Índio, resolveu falar uns dias antes apenas para reclamar das alfinetadas de Figueiredo. “Estou muito revoltado. Este presidente da República tem que fazer serviço para garantir emprego ao povo brasileiro e não para fazer campanha de calúnia contra as pessoas. Eu sou contra a repressão, contra a violência e também contra a mentira e a sujeira. O presidente não pode falar besteira, que é contra a eleição, que é contra mim. Graças a Deus fui eleito pelo Rio de Janeiro. Os cariocas me deram oportunidade para vir a Brasília, onde existe pecado, existe treteiro, existe

CONT.



corrupto, para protestar contra o que está errado. O governo federal quer ganhar eleições em todos os Estados do Brasil, mas ele não vai ganhar a consciência do povo, do homem carecido. O presidente não pode meter o pau em nenhum companheiro, em nenhum deputado. Ele que salve o Brasil.”

No dia 19 de abril, como prometido, subiu à tribuna e voltou à carga, valente, criticando os ministros do governo militar e pedindo sua demissão. Em setembro de 1983, iria além e chamaria os ministros de ladrões. “Todo ministro é a mesma panelinha, é a mesma cabeça. Não tem ministro nenhum que presta. Pra mim todo ministro é corrupto, ladrão, sem vergonha e mau caráter. Não vou dizer que todo ministro é bom, legal e justo. Vou dizer que todo ministro é do mesmo saco que aproveita o suor do povo trabalhador”.

Figueiredo, furioso, chegou a pedir a cassação de Juruna, mas o deputado acabou recebendo apenas uma censura por parte da Mesa. Em 1985, Mário Juruna denunciaria a tentativa de Paulo Maluf de comprar seu voto no colégio eleitoral. Devolveu o dinheiro e votou em Tancredo Neves. Desgostoso com a política após não conseguir se reeleger em 1986, Juruna morreu em 2002, vítima de diabetes. O único índio deputado morreu pobre e esquecido.

Neste Dia do Índio tão pouco lembrado, reproduzo trechos daquele primeiro discurso histórico de Juruna como deputado federal. Triste constatar como muitas das críticas que ele fazia continuam atuais. Quando vai surgir um novo Juruna no Congresso?

Por Mário Juruna, 19/04/1983, Congresso Nacional

Eu quero apresentar exemplo com minha candidatura, porque hoje já podia ter deputado índio. Podia ter deputado aqui no Brasil mas nós não somos culpados. Quem é culpado, é responsável, é essas pessoas que não dão oportunidade pra índio. É por isso que nós só aprende, só estuda o primário.

Então primeiro eu quero falar em nome do companheiro trabalhador, porque vocês é a mesma coisa como índio, como posseiro, é a mesma coisa como lavrador e é a mesma coisa como a tribo. Esse pessoal que está lá em cima, que a gente sofre repressão da autoridade, esse pessoal é o filho do empresário, o filho do deputado, o filho do senador. Esse resto que é o pessoal filho de pobre, eu quero considerar mais ainda esse pessoal que leva sacrifício, pessoal que sofre muito mais que a gente que está vivendo muito bem aqui na Câmara Federal.

E muita gente que achava, quando eu entrei na política, muita gente falava contra Juruna, falava: “Imagina como que Juruna vai entrar no plenário, imagina, o índio, o que é que vai resolver no plenário, como é que índio vai representar índio?” E eu quero saber: imagina, o que é que o branco pode? Talvez índio pode representar melhor do que qualquer deputado, qualquer senador e qualquer da República.

Juruna é o primeiro índio que está representando brasileiro, porque o governo brasileiro não dá oportunidade pra índio, porque ele quer continuar tutelar toda vida índio. E nós não somos tutelados, somos responsáveis, nós somos gente, nós somos ser humano.

CONT.



Quem não tem consciência, me trata como objeto, me trata como boneca. E quando eu passo aqui dentro de plenário e alguns companheiros à frente de mim e diz cara emburrada é ridículo. Eu não vim aqui fuxicar com ninguém, eu vim aqui pra trabalhar, pra defender povo, eu vim aqui pra lutar. Eu quero que gente começa a respeitar nome de Juruna. Eu quero que gente trata índio brasileiro o mais possível dentro do melhor.

Cada um de nós tem consciência e cada um de nós tem capacidade. Ninguém tem menos capacidade. Todos nós tem capacidade e todos nós tem inteligência e todos nós tem a vontade para assumir onde que existe poder. Eu acho esse já é fruto, está nascendo aqui dentro do Brasil, esse já é sinal está nascendo aqui dentro do plenário. Único índio que tá falando hoje, único deputado que tá falando hoje: não é terceiro, não é quinto deputado, não é cinquenta deputado. Se tiver ao menos mais cinquenta Juruna, o Juruna já tinha mudado o Brasil.

Governo da República não pode ser indicado por uma pessoa. Presidente da República tem que ser mais votado com povo brasileiro. Até eu me lembro muito bem que antes de 64 Brasil tinha muito ouro, era muito sagrado e hoje Brasil não tem mais muito ouro não. Está estragado. O Brasil não tem mais ouro. Quem está estragando o Brasil é o próprio governo federal, é este presidente da República que está estragando nosso Brasil, junto com Delfim, esse responsável pelo Brasil.

Quero falar problema do Brizola. O Brizola é homem, foi cassado, como acontece com o índio, por isso eu apoio Brizola e por isso quero dar liberdade para Brizola, porque, como acontece com o posseiro, como acontece com o índio, o Brizola foi expulso do Brasil sem necessidade. E por que o governo não expulsa outro agora? Expulsa todo o ministério, tira todo o ministério! Bota na rua todo mundo!

Se o governo federal, ele tem capacidade, ao lado do povo, se o governo federal assume, como homem, tira meia dúzia de ministro que atrapalha o nosso Brasil. Tirava meia dúzia, o presidente da República, qualquer um de nós apoiava ele. Nós apoiamos o presidente da República e nós levava para crescer mais ainda o nome dele. Desse jeito, ninguém vai apoiar o presidente. Ninguém pode apoiar sujeira. Eu mesmo não pode apoiar sujeira porque eu quero que o presidente muda o nosso Brasil. Porque o presidente é responsável da Nação, o presidente é juízo do povo, o presidente é o pai do povo, o pai do Brasil. Agora, como está hoje, o presidente é o pai do povo? Não existe pai do povo, não. Aqui não tem pai do povo, não.

O presidente foi eleito com empresário, presidente foi compromisso com multinacional, com fazendeiro, com empresário e grande empresário. Se presidente pai do Brasil, presidente segurava toda barra que está acontecendo no Brasil. E aqui gente tá morrendo. E por quê? Porque não tem presidente, não tem autoridade. E toda autoridade é comprada, toda autoridade está se vendendo, quer o dinheiro, quer ganhar dinheiro.

Às vezes, presidente é bom e assessor diretor quem engana o presidente, assessor que não leva verdade para presidente. Por isso que presidente passa mal assessorado. Se tiver assessor bom, se tiver diretor bom que levava recomendação do povo, eu acredito que presidente atendia pedido do povo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Sou homem do povo, sou homem de campo, quando me criei não encontrei nem um branco, não encontrei nem um avião, nem automóvel, nem estrada; onde me criei era sertão, eu só escutava canto do passarinho, e hoje eu encontro muito pressão contra índio, e invasor, e estrada. A gente está recebendo muita pressão.

Quando eu tive na Holanda, é país pequeno, todo holandês vive igual. Aqui Brasil é muito grande e muita gente tá precisando da terra. Aqui eu quero pedir a V.Excia., presidente, vamos pensar juntos, vamos reformar o nosso Brasil, viu? Vamos dividir, terra é para posseiro, é terra para fazendeiro, é terra para índio, vamos dividir a nossa terra.



Saúde indígena em situação precária

SÍTIO EM TEMPO, 20.04.2014

A relação, por vezes tensa, entre grupos indígenas e gestores da área da saúde é notória. Com frequência assistimos a ocupações de prédios públicos, protestos que pedem pela troca da administração e descontentamento principalmente quanto à forma de aplicação dos recursos.

Um montante de um R\$ 1,93 bilhão é repassado pelo governo federal e dividido entre os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) anualmente. O investimento seria suficiente para custear a atenção básica, para o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Alto Purus, Sebastião Haji Manchinery, 44, caso fosse administrado da maneira diferente.

“O montante em si daria para fazer um bom trabalho, mas como está sendo investido é que não permite. Por exemplo, nós pagamos R\$ 10 milhões para aluguel de carro, não é um bom negócio. Em longo prazo não é a melhor forma. A melhor forma é que se tenha investimento a longo, curto e médio prazo.”, afirmou o indígena que esteve em Manaus, na última semana, para participar do 2º Congresso de Secretarias Municipais de Saúde das Regiões Norte e Nordeste.

Da etnia dos manchineri, concentrada no município de Assis Brasil, no Acre, Sebastião - que também foi representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) de 1994 a 1996 e, por 4 anos, esteve à frente da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) - apontou semelhanças nas dificuldades sofridas pelos indígenas do Amazonas, Acre e de outros Estados brasileiros, que totalizam uma população de 817 mil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de todo o investimento, a morte de indígenas acometidos de malária ou hepatite é um dado presente na realidade brasileira, segundo Manchinery. “Isto é verdadeiro: uma quantidade grande morre por malária”, afirmou.

O presidente explicou que doenças como gripe, febre e as que acometem o estômago e o intestino, assim como as doenças de pele, também são recorrentes.

“Sempre temos muitos problemas intestinais. Diria que é em função tanto da alimentação e da bebida. Nos homens, a questão do alcoolismo é forte, mas tem também o abuso de açúcar e sal, que é situação bastante prejudicial à saúde. A maioria dos povos indígenas tem problema crônico, permanente, desde dentário até de pele”, explicou.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Seminário discute identidade da mulher indígena em Cabrobó, PE

SÍTIO G1, 21.04.2014

Evento acontece dia 23 de abril na Ilha da Assunção.

Índios Trucá farão mostra de dança e artesanato.

Na quarta-feira (23) será realizado o 1º Seminário Sobre Identidade da Mulher Indígena e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sociocultural e Econômico no Sertão do São Francisco. O evento é aberto ao público e acontece na Zona Rural de Cabrobó, no Sertão de Pernambuco. Exposição de artesanato e apresentação de dança fazem parte da programação do seminário.

De acordo com a secretária municipal da mulher, Irenice Nunes, o objetivo do seminário é discutir os impactos da economia atual na cultura indígena. "A intenção também é reafirmar os valores socioculturais dos povos indígenas com vista na ressignificação de sua identidade", afirma.

Na programação inclui duas palestras com os temas 'Causas e Efeitos do Modelo de Gestão Efetivada no Regime Patriarcal na Vida das Mulheres Indígenas', que será ministrada pela secretária estadual da mulher, Cristina Duarte e 'A influência da Construção Social Patriarcal na Identidade da Mulher Indígena', com a representante do movimento indígena, Elisa Ramos.

Além disso, a etnia Trucá vai apresentar dança, artesanatos produzidos por eles e produtos da agricultura familiar. De acordo com Irenice Nunes, na região de Cabrobó existem mais de 2 mil indígenas.

Também serão discutidas e construídas propostas que serão incluídas no plano de ação da Secretaria Municipal da Mulher relacionada às indígenas.

Serviço

1º Seminário Sobre Identidade da Mulher Indígena e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sociocultural e Econômico no Sertão do São Francisco

Data: 23/04

Local: Escola Indígena Capitão Dena, na Ilha da Assunção, Zona Rural de Cabrobó

Horário: 8h30 às 15h

Entrada: Gratuita



Museu Vanuïre realiza encontro paulista sobre questões indígenas

SÍTIO G1, 21.04.2014

*Debate será a partir do dia 29 de abril em Tupã.
Nova ética para os museus também será discutida.*

Pesquisadores, indígenas e profissionais da área de cultura se reunirão para debater a relação entre as comunidades e as instituições museais, a partir do dia 29 de abril, no Museu Índia Vanuïre, em Tupã (SP).

De 29 de abril até 1 de maio, o museu realizará o III Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus. A ação, organizada em conjunto com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, acontecerá paralelamente ao IV Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural, na sede do equipamento museológico.

Os eventos reunirão um grupo de profissionais e interessados, indígenas e não indígenas, e professores da rede pública de ensino, para os debates divididos em conferências e palestras. Também serão propostas discussões entre as instituições, em busca da ampliação desses assuntos, analisados a partir dos métodos atuais.

O tema desta edição é "Museus e indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate". O destaque será o debate em torno de uma nova ética para os museus. Entre os enfoques estão a educação indígena e o museu, desde os tradicionais ensinamentos, a formação escolar e os saberes.

No dia 29 haverá a exibição do trabalho do Centro de Referência Kaingang do Museu Índia Vanuïre com Tamimi Borsatto, do Museu Índia Vanuïre, Marília Xavier Cury, do MAE/USP, e Josué Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Na sequência, José Ribamar Bessa Freire, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Renata Motta, diretora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, (UPPM/SEC), se apresentarão.

Entre os convidados dos três dias estão o italiano Massimo Canevacci, do Instituto de Estudos Avançados da USP, a boliviana Elvira Espejo, do Museo Nacional de Etnografía y Folklore, de La Paz, que abordará em sua fala o papel da mulher indígena, Alexandre Oliveira Gomes, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pernambuco e da Rede Cearense de Museus Comunitários, Suzenilson da Silva Santos, do Museu Indígena Kanindé, no Ceará, e George de Vasconcelos, da Casa da Memória do Tronco Velho Pankararu, em Pernambuco. Os dois últimos contarão suas experiências como gestores indígenas de museus.

Todos os dias, ao final dos debates, haverá uma programação cultural com os espetáculos de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

grupos de danças indígenas Kaingang, Krenak e Terena, da T.I.Vanuíre. As inscrições podem ser feitas pelo site.

A taxa de inscrição é de R\$ 30 para docentes universitários, profissionais de museus e interessados. São isentos indígenas, estudantes universitários e professores da rede pública de ensino. Mais informações pelo telefone (14) 34911-2333.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

V Semana do Índio debate importância do esporte e violência à mulher indígena nessa semana

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 22.04.2014

A Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realiza de 24 a 26 de abril a V Semana do Índio, com o tema "A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas". O evento, que também discute a violência e o preconceito praticados contra mulher indígena, acontece na sede da OAB/MS de Campo Grande (MS), com entrada gratuita.

A semana tem início no dia 24, com a palestra de abertura "O Índio na História", ministrada pelo doutor e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado de Sousa. Os palestrantes no dia 25 serão os fundadores dos Jogos Indígenas, Marcos Terena e Carlos Terena.

A Violência à Mulher Indígena também será abordado no encontro com a palestra, no dia 25, às 19h30, com a promotora Ana Lara de Castro. Para encerrar as atividades, o dia 26 contará com atividades como futebol, feira de artesanato e culinária e exposição do filme "Xingu".



Organizações indígenas e indigenistas fazem evento na capital

SÍTIO G1, 21.04.2014

*Exposição e seminário fazem parte da programação.
O evento faz parte da 5ª edição do 'Abril no Acre Indígena'.*

Em comemoração ao 'Dia do Índio', comemorado neste sábado (19), as organizações indígenas e indigenistas realizam na quarta (23) e sexta-feira (25) uma exposição, na Praça da Revolução, e um seminário de conhecimento e culturas indígenas, na Biblioteca da Floresta.

Os dois eventos fazem parte da programação da 5ª edição do 'Abril no Acre Indígena', organizado pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC).

O Dia do Índio é comemorado no dia 19 de abril. A data foi instituída em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas. O dia foi escolhido porque em 1940 ocorreu, no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que discutia a temática entre governantes e diversos povos indígenas da América.

Veja abaixo os eventos que vão ser realizados nesta semana.

Exposição Nawaba Mimã

Quarta-feira (23) no coreto da Praça da Revolução, às 10h.

Seminário Conhecimentos e Culturas Indígenas

Sexta-feira (25) na Biblioteca da Floresta, às 14h.



Madeireiros ilegais são detidos em terra indígena Menkragnoti, no PA
SÍTIO G1, 21.04.2014

*Índios Kayapó denunciaram ação de madeireiros ao Ibama.
40 pessoas foram detidas e 11 acampamentos destruídos.*

Uma operação de fiscalização realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na terra indígena Menkragnoti, com cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará, resultou na detenção de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motoserras. Também foram aplicadas multas no valor de R\$ 50 milhões.

Os índios Kayapó denunciaram ao Ibama a ação de madeireiros ilegais em suas terras no início deste mês. "A grande maioria dos alvos foi localizada pela comunidade Kayapó. Essa parceria haverá de propiciar a manutenção da integridade da área, constituindo-se em uma barreira para travar os grandes grileiros na BR 163", disse o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

A ação contou com a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis homens da Força Nacional e servidores da Funai. Segundo o Instituto, a terra indígena abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no sudoeste do Pará, e as cidades de Matupá e Peixoto de Azevedo, no estado do Mato Grosso.



Estudantes indígenas têm direito à educação multicultural e bilíngue

SÍTIO G1, 21.04.2014

Novas diretrizes para uma educação diferenciada foram aprovadas em 2012, mas especialistas ressaltam que ainda é difícil aplicar as leis na prática

A Constituição de 1988 reconheceu a organização social, língua e tradições dos povos indígenas e isso se refletiu também nas políticas de educação. Suas crianças e jovens têm direito a uma educação multicultural e bilíngue, e cabe à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) garantir a oferta de educação escolar diferenciada por meio de uma série de ações como formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior; produção de material didático em línguas indígenas, bilíngues ou em português; e cursos de formação para que professores e lideranças indígenas conheçam seus direitos. De acordo com informações do MEC, as provas para os alunos devem estar de acordo com o projeto político-pedagógico da escola e ser referenciadas nos processos próprios de aprendizagem que cada povo segue. As escolas indígenas não são obrigadas a participar de avaliações nacionais como Prova Brasil e Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), já que o ensino intercultural não pode ser avaliado com instrumentos universais. Para a professora Onilda Sanches Nincão, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), os avanços nas políticas são indiscutíveis, mas ainda existem dificuldades para se aplicar a lei na prática.

"A Constituição estabeleceu políticas que respeitam as especificidades e isso é muito importante. Mas existe uma diferença entre educação indígena e educação escolar indígena. Na educação escolar indígena, a escola sempre é de fora, é uma escola de 'branco' na aldeia que preserva alguns valores indígenas. A educação bilíngue ainda é limitada, por exemplo, a base lexical da língua indígena é muito curta, seria importante que houvesse um processo social de letramento, para que o ensino seja eficiente. Não existe nada em língua indígena fora da escola. Vira uma educação bilíngue de cartilha. O que temos hoje é um bilinguismo de transição, que é muito criticado. Nossa tarefa na universidade é orientar os alunos indígenas para que produzam textos em suas próprias línguas", explica a professora, que dá aulas para os cursos de Pedagogia e Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal" no campus de Aquidauana e no curso de Mestrado em Letras no campus de Três Lagoas.

Ainda segundo o MEC, 95% dos professores que atuam nas escolas situadas nos territórios indígenas são da própria etnia e habilitados para a docência intercultural em programas específicos coordenados pelas secretarias estaduais de educação e realizados em parceria com universidades. São cursos modulares, ou seja, acontecem durante o período de recesso das escolas indígenas, com duração média de quatro ou cinco anos. Desde 1995, mais de nove mil professores indígenas foram habilitados nestes cursos de Magistério Intercultural. Para a formação superior de professores indígenas foi criado, em 2005, o Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind), que oferece 23 cursos de licenciaturas interculturais para

CONT.



habilitar os professores indígenas para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Em Manaus, a Secretaria de Educação do estado tem investido no aprimoramento das políticas de educação para os alunos indígenas, segundo Maria do Perpétuo Socorro Lima de Souza, gerente de Educação Escolar Indígena da região. "Hoje temos um processo seletivo específico para professores indígenas, oferecemos formação continuada em várias disciplinas e cursos extracurriculares. O objetivo é valorizar a cultura indígena para que os alunos não percam a identidade.", explica.

Muitas universidades públicas implantaram sistemas de cotas ou de vagas especiais ao longo dos últimos anos, seguindo a tendência das políticas de ação afirmativa. Assim, existem estimativas dando conta de que cerca de 8000 estudantes indígenas estejam cursando o Ensino Superior. Destes, 2000 estão nas licenciaturas interculturais. De acordo com Onilda, é importante preparar o aluno indígena para os cursos superiores. "Quando ele consegue chegar à universidade, com um conhecimento às vezes mais limitado, tem dificuldade para acompanhar determinados cursos", ressalta.

Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Paulo Baltazar sabe bem o que passou para fazer o curso superior. Índio do povo Terena, grupo que vive no Mato Grosso do Sul, enfrentou o frio de São Paulo e o preconceito dos 'brancos' para levar adiante seus estudos sobre políticas públicas para os povos indígenas.

"Em 1992 concluí a graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como bacharel em Geografia. Fui professor e diretor em várias escolas e, em 2006, vi a propaganda da Ação Afirmativa da Fundação Ford, com inscrições para seleção de bolsas de estudos na pós-graduação. Submeti meu projeto de pesquisa de mestrado para avaliação e, felizmente, fui aprovado. Cheguei a São Paulo em 2007 com 11 graus de temperatura, foi um choque térmico, acostumado que eu estava com os 40 graus da terra pantaneira. É um estranhamento a presença de um indígena na pós-graduação, uma vez que, para a maioria, a universidade não é lugar de índio. As dificuldades foram inúmeras, mas transformei as ideias estereotipadas em injeção de ânimo para meu projeto. Eu não entendia – e não entendo – porque tantas políticas públicas implantadas nas aldeias não dão certo. E a partir daí construí minha dissertação", conta o professor.

Para Baltazar, a inclusão das escolas indígenas nos sistemas oficiais de ensino em todo o país é muito recente e ainda se encontra em difícil processo de construção. "A dificuldade ainda está na tradição da política pública homogeneizadora. A maioria das escolas tem denominação de escolas indígenas, mas somente no nome, porque o calendário, o currículo, a proposta pedagógica, etc são os de uma escola urbana. Inclusive, professores não indígenas ministram aulas, muitas vezes causando estranhamento entre professor e aluno indígena. As necessidades foram atendidas parcialmente, o que falta é o cumprimento da legislação escolar, mas os técnicos que estão na linha do atendimento muitas vezes desconhecem os direitos dos índios", explica.

Em busca da renovação da educação indígena, tão necessária e pedida pelos alunos e professores, novas diretrizes curriculares foram aprovadas em junho deste ano no Conselho Nacional/Câmara de Educação Básica e homologadas pelo ministro da Educação, Aloizio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Mercadante. As diretrizes incorporam uma série de proposições contidas no Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada em novembro de 2009, em Luziânia-GO. Entre elas estão a implementação dos Territórios Etnoeducacionais, orientações para a Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e formação de professores indígenas. As diretrizes ainda orientam quanto aos projetos político-pedagógicos, currículos interculturais, avaliação e responsabilidades institucionais.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Seminário discute identidade da mulher indígena em Cabrobó, PE

SÍTIO G1, 21.04.2014

Evento acontece dia 23 de abril na Ilha da Assunção.

Índios Trucá farão mostra de dança e artesanato.

Na quarta-feira (23) será realizado o 1º Seminário Sobre Identidade da Mulher Indígena e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sociocultural e Econômico no Sertão do São Francisco. O evento é aberto ao público e acontece na Zona Rural de Cabrobó, no Sertão de Pernambuco. Exposição de artesanato e apresentação de dança fazem parte da programação do seminário.

De acordo com a secretária municipal da mulher, Irenice Nunes, o objetivo do seminário é discutir os impactos da economia atual na cultura indígena. "A intenção também é reafirmar os valores socioculturais dos povos indígenas com vista na ressignificação de sua identidade", afirma.

Na programação inclui duas palestras com os temas 'Causas e Efeitos do Modelo de Gestão Efetivada no Regime Patriarcal na Vida das Mulheres Indígenas', que será ministrada pela secretária estadual da mulher, Cristina Duarte e 'A influência da Construção Social Patriarcal na Identidade da Mulher Indígena', com a representante do movimento indígena, Elisa Ramos.

Além disso, a etnia Trucá vai apresentar dança, artesanatos produzidos por eles e produtos da agricultura familiar. De acordo com Irenice Nunes, na região de Cabrobó existem mais de 2 mil indígenas.

Também serão discutidas e construídas propostas que serão incluídas no plano de ação da Secretaria Municipal da Mulher relacionada às indígenas.

Serviço

1º Seminário Sobre Identidade da Mulher Indígena e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sociocultural e Econômico no Sertão do São Francisco

Data: 23/04

Local: Escola Indígena Capitão Dena, na Ilha da Assunção, Zona Rural de Cabrobó

Horário: 8h30 às 15h

Entrada: Gratuita



CDHs discutirão situação de indígenas em conflitos agrários

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 21.04.2014

Reunião entre as comissões da Câmara e do Senado acontece como parte da programação do Abril Indígena e debaterá a prejudicial PEC 215

As Comissões de Direitos Humanos (CDHs) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se reúnem nesta quinta-feira (24) para debater a atual situação das demarcações de terras indígenas, conflitos agrários e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. A reunião faz parte da programação do governo e da sociedade civil para o Abril Indígena e tem apoio da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

A PEC 215/2000 transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações de terras indígenas, abrindo prerrogativa para a revisão de processos já homologados - que é o caso do território indígena de Aracruz, no norte do Estado - e para terras quilombolas e Unidades de Conservação (UCs). O texto foi aprovado há mais de um ano na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Entretanto, manifestações de lideranças indígenas de todo o país reunidos em Brasília, onde expressaram com maior afinco a contrariedade à PEC, fizeram com que o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN) decidisse não instalar a comissão na época.

Em 2014, a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 deve emitir seu parecer sobre aquela que é encarada como uma das maiores afrontas atuais aos direitos indígenas no País. A comissão foi instalada em dezembro último, em menos de dez minutos, com a presença de lideranças indígenas e em clima de tensão, sob os gritos de "Demarcação Já!" e "Assassinos!", em referência aos ruralistas.

Na época da criação, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontou que a instalação da comissão atende única e exclusivamente aos interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional e "reforça a declaração de guerra do latifúndio contra os povos indígenas e quilombolas, contra o meio ambiente e os respectivos direitos constitucionalmente estabelecidos". A entidade denunciou ainda que o ato presidencial se deu "no calar da noite", após mais de dois anos sendo adiada pelas mobilizações indígenas e manifestações populares.

Para a reunião que discutirá a PEC nesta quinta, foram convidados o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat; a presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati; o representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Ameaça

CONT.



No dia 17 de dezembro de 2013, a comissão especial da PEC 215 definiu, em sua primeira reunião, o cronograma de trabalhos. O deputado Afonso Florence (PT-BA), que já foi ministro do Desenvolvimento Agrário, preside o colegiado. A relatoria foi do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), que já havia relatado e recomendado a aprovação da admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como já afirmado pelo Cimi, pelo menos 72% dos deputados da comissão especial são membros ou aliados da Frente Parlamentar Agropecuária. São ao menos 15 ruralistas, com direito a voto, de um total de 21 deputados federais, nenhum deles do Espírito Santo.

O Cimi também alertou que o número de membros ruralistas pode aumentar, caso as posições regionais de alguns deles, que são contrários a demarcações e outros direitos indígenas em seus estados de origem, prevaleçam. Entre os demais deputados, a entidade acredita que apenas cinco certamente farão frente ao pleito ruralista de transferir do Executivo para o Legislativo a aprovação das demarcações e homologações de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental.

No dia 18 do mesmo mês, a bancada do PT na Câmara divulgou nota na qual reiterava sua posição contrária à proposta, na qual considera "um equívoco" as atribuições dadas pela matéria ao Congresso Nacional, bem como a reversão de processos já finalizados. Os deputados petistas também afirmaram que a PEC 215 é inconstitucional porque fere cláusulas pétreas da Constituição, precariza os direitos indígenas e dá margem para o aumento dos conflitos territoriais.

Resistência

Carta de autoria de Emília Altini e Osmar Marçoli, da regional de Rondônia do Cimi, afirma que a data cívica em que se comemora o Dia do Índio esvaziou-se do sentido real de luta pela garantia de seus direitos e perdeu a reflexão e o debate necessário sobre as questões enfrentadas por esses povos no Brasil. Entre os maiores desafios para as discussões e reflexões neste Dia do Índio, são apontadas a demarcação dos territórios tradicionais indígenas; a falta de acesso a serviços públicos; o preconceito que acomete os índios e os diversos casos de desrespeito aos direitos humanos.

O momento é uma oportunidade de denunciar as violências sofridas pelas comunidades indígenas em todo o país, como afirmam. Entre os anos de 2003 e 2011, 503 assassinatos de indígenas foram registrados no Brasil - uma média de 55,8 mortes por ano. Lembrem, ainda, que a bancada ruralista no Congresso Nacional ameaça constantemente não só os indígenas, mas também quilombolas, ribeirinhos e demais populações tradicionais pela posse das terras, normalmente ocupadas com grandes empreendimentos ou faraônicos latifúndios, sempre serventes ao mercado da exportação, sem qualquer lucro real para o território que ocupam.

A carta lembra que o Estado Brasileiro somente reconheceu a existência de povos indígenas e a eles atribuiu direitos com a Constituição de 1988. Até a década de 1970, praticar rituais sagrados e falar em língua materna foi ato proibido aos indígenas, que eram, e ainda são, perseguidos pelos recursos naturais resguardados e preservados pelos territórios nos quais habitavam os índios. "E uma vez reconhecidos como povo, se faz necessária a retomada de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

seus territórios tradicionais. Terras dos seus antepassados, terra de onde cada povo foi originado, terra onde habita o sagrado", reivindicam.

Abril Indígena

A Funai divulgou no último sábado (19), Dia do Índio, o slogan deste ano para o Abril Indígena. Em 2014, a mobilização tem como foco principal combater o preconceito e a discriminação contra os indígenas e dar visibilidade às questões relacionadas à promoção de direitos e proteção aos povos. Por isso, o slogan escolhido, entre as mais de 130 propostas, foi "O Brasil de urucum - A diferença é a nossa riqueza".



Tribo em risco de extinção ameaçada por grupos armados na Colômbia

SÍTIO TSF NOTÍCIAS, 21.04.2014

37 indígenas "nukak", um dos 32 povos nativos em risco de extinção na Colômbia, foram obrigados a abandonar a pequena cidade de El Capricho, devido a ameaças de grupos armados ilegais, denunciou a organização Defensoría del Pueblo.

Os deslocados fazem parte de oito famílias da comunidade Wayari Muno (pessoas do rio Guaviare) que tiveram de sair de El Capricho, no município de San José del Guaviare, onde se tinham fixado temporariamente, conta a rádio colombiana Caracol.

Funcionários da autarquia e da Defensoría del Pueblo rumaram ao local, onde confirmaram as ameaças dos grupos armados ilegais, adiantou a entidade. As famílias foram conduzidas para uma outra localidade, Villa Leonor.

Os "nukak" são indígenas da família Maku, um povo nómada de caçadores-recoletores que vive na densa selva de Guaviare e que se manteve afastado do contacto com a civilização branca até há quase 26 anos.

O contacto deu-se em 1988 quando um grupo de quarenta "nukaks" apareceu inesperadamente na localidade de Calamar.

Segundo a organização não-governamental Survival, desde esse primeiro contacto, mais de 50 por cento desta população indígena morreu, estimando-se que existam atualmente 420 membros.



Faltam interesse e vontade política de assumir a questão indígena, diz Cimi
SÍTIO JORNAL FOLHA DO PROGRESSO, 21.04.2014

Bispo do Xingu, na Amazônia, desde 1981, e em seu segundo mandato como presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler acredita que os povos indígenas não têm o que comemorar neste dia 19, Dia do Índio. Para ele, a situação desses povos tradicionais piorou nos últimos anos, tanto pela demora na demarcação de terras indígenas, o que favorece os conflitos fundiários e a violência, quanto pela falta de atenção governamental a direitos como saúde e educação.

Crítico de megaempreendimentos na Amazônia, como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, dom Erwin, que também é secretário da Comissão Episcopal para a Amazônia, foi recebido pelo papa Francisco no Vaticano, no último dia 4. Na ocasião, o bispo denunciou os problemas enfrentados pelos povos indígenas, ribeirinhos e pelas comunidades amazônicas.

“Vivo na Amazônia há quase 50 anos. Sou uma testemunha qualificada para falar sobre esses assuntos. E, como bispo, tenho o direito e a obrigação de chamar a atenção sempre que os direitos humanos forem violados”, disse o austríaco, que tem cidadania brasileira há 23 anos, em entrevista exclusiva à Agência Brasil.

Confira abaixo os trechos mais importantes da entrevista.

Agência Brasil: Quais foram os principais assuntos que o senhor tratou com o papa Francisco?
Dom Erwin Krautler: Conversamos sobre as comunidades da prelazia do Xingu, que não recebem a eucaristia porque contamos com apenas 27 padres para atender a cerca de 800 comunidades. O papa pediu que apresentássemos propostas para solucionarmos esse problema que afeta cerca de 70% das comunidades da Amazônia onde não há celebração eucarística. Também conversamos sobre a questão ecológica.

Agência Brasil: E sobre a questão indígena em particular? O que os senhores conversaram?
Dom Erwin: Falamos da questão indígena como um todo, mas também da situação de alguns povos em particular, como os guaranis-kaiowás, de Mato Grosso do Sul, que vivem encurralados em um espaço diminuto, o que lhes causa muito sofrimento. Citei a situação dos povos do Vale do Javari, no Amazonas, onde os índios são acometidos por doenças como a hepatite, e o governo, a meu ver, pouco faz. Falei dos grupos de índios isolados que, oficialmente, não existem. Para lembrá-lo do carinho que os povos indígenas sentem por ele, lembrei o papa de sua vinda ao Rio de Janeiro, em 2013. E disse-lhe que os índios do Brasil contam com sua ajuda, que esperam que ele apele ao governo brasileiro para que demarque as terras indígenas.

Agência Brasil: O senhor é um conhecido crítico de megaempreendimentos e costuma acusar o
CONT.



governo e alguns parlamentares de se unirem a grupos de interesses econômicos. Ao falar dos problemas que afetam os povos indígenas, que aspectos o senhor citou ao papa?

Dom Erwin: Logicamente, me referi à construção da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Uma obra que afeta não apenas os índios da região e que, do jeito como está sendo executada, levou à cidade de Altamira o caos em termos de saúde, de educação, de transporte, de segurança pública. A Justiça Federal acaba de determinar que a empresa responsável, a Norte Energia, cumpra as condicionantes que deveriam ter sido cumpridas antes do início das obras e que não vêm sendo observadas. Isso é positivo, mas as medidas judiciais, infelizmente, estão chegando tarde. Há comunidades indígenas que, de certa forma, já foram desmanteladas e só agora algumas autoridades parecem descobrir a anormalidade da situação. Basta ver o crescimento da população de Altamira. A cidade não se preparou para isso. Às vezes, sentimos como se Belo Monte fosse um rolo compressor passando sobre nós, mesmo que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tenha prometido que esse projeto não seria empurrado goela abaixo de ninguém, o que acabou acontecendo.

Agência Brasil: O senhor criticou o governo brasileiro ao papa?

Dom Erwin: Disse a ele que o governo e o Congresso Nacional tomam iniciativas contrárias aos interesses dos povos indígenas. Medidas, a meu ver, inconstitucionais. Não houve tempo para que eu entrasse em pormenores, mas eu disse que o governo não luta pela causa indígena. E que o Congresso Nacional tem desrespeitado os direitos indígenas por meio de várias iniciativas que contrariam esses direitos, como a propostas de emenda à Constituição, a PEC 230, que quer transferir do Poder Executivo para o Legislativo a prerrogativa do governo federal de demarcar terras indígenas.

Agência Brasil: Em que medida a demora na identificação, demarcação e homologação das terras indígenas prejudica os povos indígenas e contribui para o acirramento da tensão no campo?

Dom Erwin: Ao ser promulgada, em 1989, a Constituição Federal estabeleceu um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas. Ou seja, até 1993 todas as terras identificadas como territórios tradicionais indígenas deveriam estar identificadas e homologadas. Passados 21 anos do fim desse prazo, pouco mais de 44% foram realmente demarcadas. Em 2013 não houve nenhuma demarcação. Dessa forma, essas terras ficam escancaradas para todo o tipo de invasor. É bom que se diga que demarcar novas reservas indígenas não significa criar enclaves, mas sim reconhecer que, no interior do território nacional, há áreas pertencentes à União destinadas ao usufruto dos povos que as habitam desde tempos imemoriais.

Agência Brasil: Como o papa reagiu ao seu relato e a suas críticas ao Estado brasileiro?

Dom Erwin: Ele não entrou em detalhes nem se pronunciou oficialmente sobre o assunto, mas me ouviu atenciosamente e manifestou seu apoio à causa indígena.

Agência Brasil: O senhor presidiu o Cimi entre 1983 e 1991 e, agora (2007- 2015), cumpre seu segundo mandato à frente do órgão. Comparando esses dois períodos, quais as principais mudanças em relação à situação dos povos indígenas?

Dom Erwin: No final da década de 1980, a principal luta era em torno da Constituição Federal, o empenho necessário para inscrevermos no texto constitucional os direitos dos povos

CONT.



indígenas. Naquele momento, cantamos vitória, pois houve vários avanços, como o fato de os índios terem deixado de ser tutelados pelo Estado e se tornarem cidadãos brasileiros de fato, com direito a suas terras, suas expressões culturais. Agora, estamos lutando para impedir o avanço de iniciativas prejudiciais aos povos indígenas.

Agência Brasil: Mas a situação, hoje, está melhor ou pior?

Dom Erwin: Eu penso que a situação dos povos indígenas piorou nos últimos anos, sobretudo de 2003 para cá. Exatamente pela falta de empenho do governo em favor das demarcações e da saúde indígena. Faltam interesse e vontade política de assumir a questão indígena como uma causa importante na defesa dos direitos humanos.

Agência Brasil: Há o que se comemorar neste dia 19, Dia do Índio?

Dom Erwin: Eu preferiria falar em Dia dos Povos Indígenas. Não se trata de uma data para festejar, mas sim para sensibilizar e conscientizar a sociedade a respeito dos direitos desses povos. Em nosso atual sistema, o índio é considerado um obstáculo ao chamado progresso, entendido apenas do ponto de vista da taxa de crescimento econômico. Se entendermos desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida para todo o povo brasileiro, os índios não só têm seu lugar, como sua sabedoria milenar é uma riqueza para o país.

Agência Brasil: A demora na demarcação das terras indígenas acirra uma disputa que, muitas vezes, envolve famílias de pequenos produtores rurais, gente assentada pelo próprio governo em terras hoje reivindicadas como territórios tradicionais. Entre essas pessoas há católicos que criticam o fato de a Igreja, por meio do Cimi, defender os interesses indígenas em detrimento dos de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Como o senhor responde a essas críticas?

Dom Erwin: Eu não aceito dizerem que defendemos apenas os povos indígenas, sobretudo contra pequenos agricultores. Essa equação não funciona. O que dizemos é que se foi o governo que assentou famílias de colonos em áreas indígenas, é o governo que tem que resolver o impasse criado por ele mesmo. Não defendo e não aceito que se arranque de uma área indígena, com o uso de força policial e sem a devida reparação, uma família assentada pelo governo. Em casos assim, o governo tem que disponibilizar a essa família uma área equivalente à que ela ocupa e indenizá-la não só pelas benfeitorias feitas na terra, mas também por todo o suor derramado em dezenas de anos de trabalho. Agora, se alguém invadiu uma área sabendo se tratar de terra indígena, o tratamento deve ser outro.

Agência Brasil: O senhor deve deixar a prelazia ao completar 75 anos. Já está cuidando de sua sucessão?

Dom Erwin: Eu vou apresentar minha renúncia em 12 de julho deste ano, quando completo 75 anos. Isso não significa que deixarei a prelazia de um dia para o outro. Haverá o processo de escolha do meu sucessor, mas é possível que eu seja sucedido por três bispos, já que a regional da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] sugere que, pelo seu tamanho, a prelazia do Xingu seja desmembrada em três dioceses. Eu mesmo apresentarei à regional um projeto nesse sentido.

Agência Brasil: O senhor teme que, com sua renúncia, a luta em prol da Amazônia e dos povos indígenas e ribeirinhos pode ser prejudicada?

Dom Erwin: Não, não acredito. Pelo contrário. Eu talvez tenha até mais liberdade e tempo para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

me empenhar em favor dessa causa. Não tenho o poder que às vezes me atribuem. O que eu tenho é o direito e a obrigação de chamar a atenção sempre que os direitos humanos forem violados.

Agência Brasil: O país parece atravessar um momento preocupante, com um segmento da sociedade se manifestando contra a garantia dos direitos humanos já conquistados, grupos de justiceiros agindo à revelia da lei e casos de ofensas a índios e outras minorias. O que o senhor diria a essas pessoas já que, entre elas, há muitas que se identificam com os preceitos cristãos?

Dom Erwin: Quem apela para fazer justiça com as próprias mãos, defende esse tipo de coisa ou se opõe aos direitos humanos está se distanciando da Igreja, de sua fé e de sua moral. Ainda é que saibamos que não devemos olhar apenas os fatos recentes, mas também procurarmos as raízes desse comportamento e que, ao fazer isso, cheguemos à conclusão de que a Justiça é muito lenta e que há muita impunidade, sempre lutamos a favor dos direitos humanos. Precisamos de vontade política, de políticas públicas, para frear esse tipo de coisa.

Alex Rodrigues - Repórter Agência Brasil Edição: Lílian Beraldo



Mostra Audiovisual debate questão indígena com o filme "Terra Vermelha"

SÍTIO MIDIAMAX, 21.04.2014

A questão indígena, como não poderia deixar de ser, também está presente na Mostra Audiovisual de Dourados (MAD), representada pelo filme "Terra Vermelha", do cineasta Marco Bechis. Filmada em Mato Grosso do Sul, a trama explora a necessidade do resgate da cultura indígena pela etnia Guarani-Kaioiwá, impulso despertado pelo suicídio de duas meninas da comunidade.

A produção, de 2008, se passa em Dourados e é quase toda falada em tupi-guarani, tendo a participação de indígenas da região como atores, além de nomes conhecidos nacionalmente como o de Matheus Nachtergaele e Leonardo Medeiros. O filme concorreu ao Leão de Ouro no Festival de Veneza e abriu a 32ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo.

Com classificação de 14 anos, a ficção será exibida durante a MAD no dia 11 de maio, às 13 horas, no Teatro Municipal. Em seguida, haverá uma discussão sobre o filme com a presença de Abrísio da Silva e Ademilson Concianza, indígenas da região de Dourados que atuaram no longa-metragem.

A MAD

A Mostra é uma realização da UFGD por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) e da Coordenadoria de Cultura (COC), contando com o apoio da Prefeitura Municipal de Dourados na figura de sua Secretaria de Cultura, da TV Morena, da Vortex Store, do Instituto Caran d'Ache, do Restaurante Kikão e do Jornal O Progresso.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3410-2875 e pelo e-mail dicult@ufgd.edu.br. A programação completa e outras informações estão no site www.madufgd.com. As entradas para todos os eventos serão gratuitas.



Justiça mantém mandado de prisão contra Babau Tupinambá impedindo ida da liderança ao Vaticano

SÍTIO CIMI, 22.04.2014

Alegando falta de documentação pré-constituída, o desembargador Jefferson Alves de Assis, do Tribunal de Justiça da Bahia, negou o habeas corpus impetrado pela defesa do cacique Babau Tupinambá contra mandado de prisão expedido na última quinta-feira, 17, pela Justiça Estadual de Una, município baiano. Com isso, o Estado segue impedindo a ida da liderança ao Vaticano para atividade com o papa Francisco. A defesa do cacique irá recorrer da decisão.

O mandado de prisão da Justiça de Una foi decretado menos de 24 horas depois da liderança ter recebido o passaporte para a ida ao estrangeiro. Conforme apuração preliminar, o mandado tem como motivação o fato do cacique não ter sido encontrado para depor em inquérito policial que apura a morte de um agricultor. Conforme afirma o Tupinambá, sempre que a Justiça o procurou o fez por intermédio da Funai e o achou. "Até o Exército, no último mês, sabia onde eu estava. Eu não me escondo. É muito estranho tudo isso", diz.

O mandado de prisão da Justiça de Una não apareceu no sistema judiciário e aconteceu também depois de emitida a passagem de Babau para a Itália. Os advogados da liderança tiveram trabalho para ter acesso a decisão, que estava no prelo e aguardava um momento oportuno para ser decretada. Tanto que a notícia do mandado foi confirmada por informações apuradas junto a fontes da Polícia Federal. A Delegacia de Polícia Civil de Una pediu apoio aos federais para a prisão de Babau. A decisão, afirma esta fonte, veio para impedir a ida de Babau ao Vaticano.

No mesmo dia em que a Justiça de Una determinou a prisão do cacique Babau, a Polícia Federal, por sua vez, solicitou o passaporte da liderança, emitido menos de 24 horas antes pela Delegacia de Imigração, alegando a pendência de três mandados de prisão na Justiça Federal. Porém, tais mandados estavam arquivados desde 2010. O Ministério da Justiça informou aos advogados da liderança que está apurando o caso e que não deseja impedir o cacique de viajar. Babau comentou a coincidência:

"O governo não quer que eu denuncie o que vem acontecendo com os povos indígenas no Brasil. A Polícia Federal não sabe que os três mandados foram arquivados e nem processo existe? Claro que sabe! O governo sabe disso!", protesta a liderança indígena que foi convidado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a ir ao Vaticano. Babau levará ao papa documentos com denúncias e presentes da aldeia Serra do Padeiro.

Já os três mandados de prisão escavados nos arquivos pela Polícia Federal são referentes ao período entre 2008 e 2010, quando cacique Babau Tupinambá foi acusado de formação de quadrilha e outros crimes em decorrência da resistência a sucessivas reintegrações de posse de áreas declaradas como tradicionais dos Tupinambá pelo Estado.

CONT.



Há exatos 514 anos as terras que hoje compõe o Brasil foram invadidas. O povo Tupinambá foi uma das primeiras nações originárias a ter contato com os colonizadores, que passaram a se dizer donos do território e senhores da gente que nele vivia. Pouco mais de cinco séculos se passaram, registrando um dos mais sangrentos massacres da história da humanidade. Os Tupinambá chegaram a ser declarados pelo Estado como extintos e chamados de caboclos. Se outrora foram levados pelas naus como atração do “novo mundo” para os europeus, hoje são impedidos de sair do país para se autoafirmarem.

Não é a primeira vez que o governo e o Estado tentam impedir a ida de uma liderança indígena ao estrangeiro.

Caso Juruna

Tanto no recente período democrático, quanto no regime militar os indígenas sofreram sanções para sair do país com o intuito de cumprir agenda spolíticas autônomas. Antes desta tentativa de impedimento do cacique Babau Tupinambá, lideranças Kayapó, em 1988, tiveram dificuldades de conseguir os passaportes para um simpósio nos Estados Unidos e no regresso ao Brasil foram enquadrados pela Lei dos Estrangeiros, sendo ameaçados de prisão e expulsão do país.

Agora o exemplo de maior repercussão e com as consequências mais duras foi o chamado Caso Juruna, quando, em 1980, a liderança Xavante Butsé Dzuruna, o Mário Juruna, então deputado federal, precisou recorrer ao Tribunal Federal de Recursos (TFR) para participar do IV Tribunal Russell sobre os Direitos dos Índios das Américas, na Holanda.

O presidente da Funai à época, Nobre da Veiga, evocou a tutela para não liberar o passaporte a Mário Juruna. Veiga alegava ser tutor da liderança e que não sabia se fora do país alguém se responsabilizaria por ele. Dizia que precisava saber o que Juruna iria fazer. O indígena registrou com seu inseparável gravador, como era seu costume, a verdadeira motivação do presidente da Funai. Leia trecho da conversa:

Nobre da Veiga - Eu só espero que você se lembre disto, que você é um homem brasileiro, e que o governo brasileiro lhe defende sob todos os aspectos e que você deve fazer lá um trabalho para o Brasil e não contra o Brasil; o que você tem é que defender o Brasil.

Mário Juruna - Eu posso defender o Brasil, posso defender a terra, mas não defendo o povo.

Nobre da Veiga - Então você não é brasileiro, não quer defender o Brasil, vá para a Bolívia.

Mário Juruna - Por quê? Então eu tenho que defender os pistoleiros, aquelas pessoas que já mataram índios?

Nobre da Veiga - Um momento, Mário. Você está sendo contrário a um governo que está lhe defendendo (...). Você não pode fazer isso lá fora, caso contrário, você vai ver o que vai acontecer a você quando voltar. Estou te aconselhando como tutor de você que sou.

CONT.



O TFR decidiu pela liberação do passaporte e Juruna embarcou rumo ao IV Tribunal Russell. Sagaz e experiente nas artimanhas do governo militar e do parlamento, Juruna dizia que branco não tinha palavra e mentia, por isso decidiu gravar reuniões com políticos, conversas com ministros e demais integrantes do governo. A postura contrapunha o controle militar com a autodeterminação dos povos. Com o passaporte em mãos, Juruna indicava a emergência de uma política indígena autônoma.

Se a tutela não garantiu o controle sobre o ir-e-vir de Juruna, os militares definiram então que à Funai cabia o direito de estabelecer critérios de quem poderia ser considerado ou não "índio". Publicaram um documento intitulado Indicadores de Indianidade. Critérios como mentalidade primitiva, mancha mongólica ou sacral e medidas antropométricas eram alguns dos indicadores. A intenção era "demitir da condição de índio" lideranças que contestavam o indigenismo estatal. Fato bastante denunciado e combatido, fazendo com que os militares abandonassem a esdrúxula medida.

"Mesmo não se tratando de tutela, os mandados de prisão arquivados ou resultantes de mera perseguição política que surgem dias antes da viagem de Babau Tupinambá, com o objetivo de sustar seu passaporte e impedir a viagem, indicam apenas a mudança do instrumental utilizado pelo governo para controlar o ir-e-vir de lideranças indígenas. O autoritarismo e a indigência jurídica seguem os mesmos", afirma Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Cimi e advogado do cacique Babau.



'Índios planejam vingança', alerta 'A História Sensacionalista do Brasil'

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 22.04.2014

"A História Sensacionalista do Brasil", livro que conta os eventos do país com isenção completa de verdade, alerta sobre uma possível vingança dos índios contra os invasores europeus.

"Expulsos pelos portugueses da Comunidade da Vera Cruz (antigo Novo Mundo), os índios prometeram se vingar do 'esculacho' que sofreram no fatídico 22 de abril de 1500", avisa aos colonizadores.

"Os silvícolas planejam uma vingança lenta e dolorosa começando por obrigar os filhos dos brancos a se fantasiarem com seus trajes pelo menos uma vez por ano e terminando com números musicais e vendas de CDs em praças e ruas das cidades que vierem a surgir".

A edição também relata o dia em que JK prometeu 50 anos em cinco décadas, como Che Guevara surpreendeu o marketing de guerrilha vendendo mais camisetas do que o esperado e a derrota de Lula para Collor por apenas um dedinho.



20% dos homicídios registrados este ano em Dourados aconteceram na Reserva Indígena

SÍTIO DOURADOS NEWS, 22.04.2014

Thalyta Andrade

Um número superior ao do ano passado e que mostra uma realidade de violência preocupante, constante e crescente na Reserva de Dourados, onde se concentra uma das maiores comunidades indígenas do país (atualmente em torno de 13 mil indígenas).

De janeiro até o presente momento, foram 20 casos de homicídio registrados no município, sendo 20% deles dentro da Reserva. No ano passado, haviam sido 14 registros deste tipo de crime, sendo apenas um deles envolvendo indígenas. Os dados são da Delegacia Regional da cidade.

Conforme o delegado titular Antônio Carlos Videira, quando se considera a concentração populacional em um comparativo entre o município de Dourados e a Reserva Indígena – que está inserida dentro do contexto urbano – os números são significativos e preocupantes.

“São significantes proporcionalmente. O que observamos é que como as aldeias estão inseridas dentro do contexto urbano, a comunidade está mais suscetível aos benefícios e aos malefícios da cidade, sendo que eles [os indígenas] se encontram em uma condição de maior vulnerabilidade. Digo isso por causa da falta de estrutura ao qual estão submetidos”.

O caso mais recente foi o registrado na manhã de segunda-feira (21), quando o corpo do indígena Cezário Oliveira Quinhonha, 62, foi encontrado dentro de um poço na aldeia Bororó. Ele foi morto a facadas por uma adolescente de 16 anos e o irmão dela, Carlinhos Oliveira Lopes, 19, que teriam cometido o crime depois que Quinhonha teria tentado abusar sexualmente da jovem.

De acordo com Videira, a grande maioria dos homicídios registrados nas aldeias são resultado da influência direta do uso excessivo de bebidas alcoólicas.

“Nas aldeias a maioria dos crimes envolve a bebida alcoólica, a qual qualquer pessoa tem acesso em qualquer lugar. É uma questão social que, de certo modo, não é problemática e trágica apenas no âmbito das aldeias, mas que tem um peso maior por causa da condição de vulnerabilidade da comunidade indígena. Geralmente o crime que envolve os indígenas é praticado por eles mesmos e por pessoas conviventes, e conhecidas, fruto do consumo excessivo de álcool”.

O trabalho de repressão e prevenção é complicado, segundo o delegado. Isso porque apesar da polícia estudar as causas dos crimes e tentar reprimi-los e prevenir novas ocorrências, a maioria acontece dentro de casa em contextos passionais. “Verificamos que os casos que no

CONT.



passado davam em crime de lesão corporal, este ano têm resultado em homicídio e tentativa de homicídio. A vida do próximo tem sido banalizada”.

Por fim, Videira avalia que o cenário precisa de um comprometimento social para que possa mudar, em um esforço conjunto com o papel que cabe à polícia. “A presença da Força Nacional tem nos ajudado bastante, assim como as ações das lideranças. Mas, eu acredito que é preciso uma tendência de comprometimento social de toda a população”, finalizou o delegado.

Mais dados

Dos 20 casos de homicídio registrados entre janeiro e abril de 2014, 14 já foram esclarecidos e seis permanecem sob investigação. Foram 17 vítimas do sexo masculino e três do sexo feminino.

A maioria dos crimes (oito casos) aconteceu nos domingos, no horário entre as 13h e 16h. Fevereiro foi o mês com o maior número de ocorrências do gênero registradas, com um total de onze dos 20 casos. Janeiro teve três casos e março seis.

Dos 14 homicídios registrados no mesmo período de 2013, oito foram esclarecidos e seis permanecem sob investigação. Em todos os meses do ano passado, foram registrados 55 homicídios, o que deu continuidade a redução gradativa dos últimos anos, já que em 2012 foram 57 e em 2011 foram 65 casos.



Semana dos povos indígenas debate construção de hidrelétricas

SÍTIO G1, 22.04.2014

Organizadores querem destacar dificuldades enfrentadas pelos índios. Programação acontece no Campus Rondon da UFOPA até dia 25.

Iniciou nesta segunda-feira (21) na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a 4ª edição da Semana dos Povos Indígenas. O evento, que segue até a próxima sexta-feira (25) no Campus Rondon, traz o tema "Povos indígenas: migrações forçadas, exilados nas próprias terras". O objetivo é promover discussões sobre a diversidade cultural dos povos indígenas e suas reivindicações.

Segundo uma das coordenadoras da Semana dos Povos Indígenas, Rosana Tapajós, o debate este ano será em torno da construção de hidrelétricas na região. "Nosso tema forte vai ser a construção das novas hidrelétricas que estão querendo chegar até o Tapajós e que não vão atingir só nós, como atingiu a Belo Monte, que já está aí; nossa precaução é que não haja mais, porque há os nossos povos que estão sofrendo lá. Nós que estamos na universidade e na cidade estamos lutando para que o governo veja isso", declarou Rosana.

O professor da instituição, Jackson Rego, destacou a importância de os estudantes conhecerem a realidade das aldeias da região. "A população indígena hoje é 0,47% da população original; de 100%, é o que sobra. Nós estamos com a perspectiva de valorizar cada vez mais e resgatar essa cultura", frisou o professor.

A programação do evento envolverá fóruns temáticos, oficinas de pintura corporal, artesanato e cerâmica, minicursos de línguas, além de mesas redondas e apresentações culturais.

Confirma a programação:

Segunda-feira - 21/4

9h – Ritual e Solenidade: Patifão do Câmpus Rondon.

15 às 16h – Amostra de Vídeo

16:30h – Apresentação Cultural:

Terça-feira - 22/4

8:30 às 11:30 – Oficinas e Minicursos

14:45 às 15:45h – Amostra de vídeo

16h – Fórum Temático: Educação Diferenciada para Indígenas no Baixo Tapajós.

18h – Apresentação Cultural

19 às 21h – Mesa-redonda: A Lógica dos Grandes Projetos e os Impactos Socioambientais irreversíveis sobre o Território dos Povos Indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Quarta-feira - 23/4

8:30 às 11:30 – Oficinas e Minicursos

14:45 às 15:45h – Amostra de vídeo

16h – Fórum Temático: Saúde Diferenciada para a População Indígena.

18h – Apresentação Cultural

19 às 21h – Mesa-redonda: Arqueologia

Quinta-feira - 24/4

8:30 às 11:30 – Oficinas e Minicursos

14:45 às 15:45h – Amostra de vídeo

16h – Fórum Temático: Os Indígenas e sua inserção numa Sociedade que os reconhece, mas os

limita.

18h – Apresentação Cultural

19 às 21h – Mesa-redonda: Direito e Demarcação das Terras Indígenas: Ameaça aos direitos dos povos Indígenas no Brasil.

Sexta-feira - 25/4 – 9 às 11:30h

Mesa-redonda: Conflitos Agrários em Terras Indígenas

14 às 15h – Amostra de Vídeo

15h às 16:30h – Troca de Experiência com as lideranças.

16:30h – Apresentação Cultural

18:00h – Ritual de Encerramento no Centro Indígena Maíra.

Obs.: O Minicurso de Nheengatu só será realizado nos dias 23 e 24.



Segurança alimentar, geração de renda e recuperação ambiental em aldeias

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 22.04.2014

Atualmente, o que se observa nas aldeias na região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, é que há a predominância de monocultivos estabelecidos pelos agricultores indígenas, para subsistência das famílias e também para a geração de renda.

A monocultura expõe os agricultores a riscos climáticos (seca, excesso de chuva, frio, calor excessivo, entre outros) que frequentemente provocam perdas totais de lavouras, o que contribui para a insegurança alimentar e inexistência de renda. Além disso, a monocultura, associada a manejos inadequados, tendem a degradar os solos e aumentar a ocorrência de "pragas e doenças" nas lavouras.

É necessário repensar o sistema de produção praticado por esses agricultores, que é baseado, em sua maioria, por culturas de ciclos curtos (anuais), como é o caso do milho, feijões e mandioca. Mas é fundamental promover mudanças que também fortaleçam a sua cultura, ampliando os cultivos de espécies vegetais que tradicionalmente fazem parte da sua alimentação, bem como para fins medicinais, condimentares, artesanatos, entre outros.

A Embrapa indica caminhos que proporcionam, além da segurança alimentar, a geração de renda e a recuperação ambiental nas aldeias indígenas. Em palestra realizada na terça-feira, 15 de abril, durante o Encontro dos Povos Indígenas de Dourados, foi abordado o tema "Arranjos Produtivos em Bases Agroecológicas", indicando caminhos e práticas para mudar a matriz de produção nas aldeias.

É necessário diversificar os cultivos agrícolas e de criação de animais nas aldeias. Nesse sentido, a consorciação de cultivos é uma estratégia de grande importância para ampliar as possibilidades na produção de alimentos e geração de renda ao longo do ano. Além disso, contribui para a melhoria do solo e equilíbrio biológico nas áreas de produção, minimizando e até dispensando o uso de agroquímicos.

Como parte desse processo de diversificação, conforme os estudos dos pesquisadores da Embrapa Agropecuária Oeste - Unidade de Pesquisa da Embrapa, em Dourados, MS -, estão os sistemas agroflorestais biodiversos, também chamados de sistemas agroflorestais em bases agroecológicas.

Esses sistemas são compostos por arranjos de plantas de interesse agrícola como mandioca, milho, feijão comum, feijão-caupi (feijão-catador ou de corda), abóbora, banana, abacaxi, entre outras culturas, que fazem parte da cultura alimentar dos indígenas, com espécies de árvores (nativas e exóticas) para diferentes finalidades, como produção de alimentos, medicinais, óleos, fibras, madeira, melhoria do solo e fortalecimento cultural das famílias envolvidas.

CONT.



Ou seja, os sistemas agroflorestais diversificados têm as características desejáveis para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias indígenas, gerar renda, promover a recuperação ambiental e fortalecer a cultura indígena.

O que a Embrapa Agropecuária Oeste vem fazendo nesse sentido? Há resultados de pesquisas que podem subsidiar a orientação para a construção de arranjos produtivos em bases agroecológicas. Cursos, dias de campo, visitas interativas e palestras foram realizados envolvendo agricultores e agricultoras indígenas, a partir de demandas apresentadas.

A Embrapa entende que é necessário a ampliação das ações em benefício das comunidades e pode contribuir com conhecimentos e tecnologias apropriadas, que se somam aos conhecimentos tradicionais dessas comunidades e, juntos, são capazes de compor arranjos produtivos viáveis para a sustentabilidade desses povos.

A Embrapa estará sempre aberta para a construção de agendas em conjunto com as famílias indígenas, que venham ao encontro para atender às demandas reais desse público.

É importante ressaltar que esse processo de diversificação na produção gera maior necessidade de fortalecimento da organização e união entre as famílias indígenas, não só para a produção, mas na agregação de valor aos produtos produzidos e na comercialização.

(*) Milton Parron Padovan, pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste



Indígena encontrado em fossa estava desaparecido há 8 dias

SÍTIO NOVA NOTÍCIAS, 22.04.2014

Redação

O corpo do indígena identificado como Geraldo Franco, de 67 anos, que foi encontrado dentro de uma fossa, localizada na Aldeia Bororó em Dourados, estava desaparecido há 8 dias.

De acordo com o registro da ocorrência, indígenas viram o corpo e chamaram o Corpo de Bombeiros. Os militares retiraram o corpo de Geraldo e uma equipe da perícia da Polícia Civil fez os trabalhos de identificação.

Em um levantamento preliminar, os peritos identificaram ferimentos na cabeça da vítima e no braço, que dão indícios de tentativa de defesa.

Testemunhas contaram aos policiais que Geraldo estava desaparecido há oito dias, mas ninguém acionou a polícia porque o homem disse que iria até Guia Lopes da Laguna. O caso foi registrado como homicídio qualificado na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) de Dourados.



Agricultores e comunidade indígena entram em acordo na Bahia

SÍTIO UNIVERSO AGRO, 22.04.2014

Tupinambás de Olivença se comprometeram a não invadir propriedades dos agricultores; em contrapartida, terão livre trânsito e passagem pelos imóveis

Advocacia-Geral da União

Agricultores e integrantes da comunidade indígena Tupinambás de Olivença, localizados em Ilhéus, cidade do sul da Bahia, chegaram a um acordo a respeito de duas ações possessórias de imóveis.

Com a conciliação, realizada por intermédio das Procuradorias-Seccionais Federal e da União em Ilhéus/BA (PSF e PSU), os índios se comprometeram a não invadir as propriedades dos agricultores e, em contrapartida, terão livre trânsito e passagem pelos imóveis, até que se solucione definitivamente a demarcação das terras indígenas.

Segundo os procuradores e advogados, a área tem sido palco de conflitos fundiários que culminaram com a ocupação da área pelas forças de segurança do Exército brasileiro. O Procurador-Chefe da PSF/Ilhéus, André Luiz Andrade Victor de Araújo, explicou que esse é um acordo inédito. "A iniciativa patrocinada pela Justiça Federal, órgãos da AGU e Ministério Público Federal representou importante avanço no sentido da pacificação do conflito na região", destacou.

O termo de conciliação foi homologado pela Vara Federal da Subseção de Ilhéus e tem validade de decisão judicial. Nas audiências estiveram presentes os caciques líderes das comunidades interessadas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), PSF e PSU de Ilhéus, Procuradoria da República e agricultores da região.

Situação no local

De acordo com as unidades da AGU, um relatório aprovado pela Funai em abril de 2009 e encaminhado ao Ministério da Justiça para homologação de demarcação reconhece que áreas localizadas nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Uma são terras indígenas tradicionalmente ocupadas. Pelo documento, a posse e usufruto são exclusivos da comunidade Tupinambá, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal.

Na região, existem cerca de 500 famílias indígenas, formadas por homens, mulheres, crianças e idosos, que desenvolvem na região agricultura de subsistência e criação de pequenos animais, realizadas mediante projetos financiados por programas federais, estaduais e de organizações não governamentais. O local também possui um Núcleo de Escola Estadual Indígena para formação infantil e média, além de um posto de saúde.



Boletim de Notícias - Edição nº 70/ 2014

Brasília, 22 de abril de 2014.

Associação Amigos do Bem e parceiros inauguram Biblioteca Cidadã em escola indígena

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 22.04.2014

Na estrutura está sendo disponibilizado microcomputador com ponto de Acesso Público à Internet

A Associação Amigos do Bem e parceiros entregaram na quarta-feira, 16, a 10ª Biblioteca Cidadã com Inclusão Digital no Estado. Estrutura é a primeira inaugurada nos povos indígenas, e esta instalada no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (Cemix) ,com 210 alunos, em Tocantínia. Os presentes na inauguração prestigiaram essa ação cívica que teve apresentação cultural realizada pelos alunos em comemoração a Semana Indígena.

Juntamente com a Biblioteca Cidadã está sendo fomentado a Inclusão Digital, com a disponibilização de um microcomputador com ponto de Acesso Público à Internet. De acordo com o presidente dos Amigos do Bem, Dr. Cícero Guimarães Neto, a Biblioteca Cidadã com Inclusão Digital colocou em prática a filosofia da Associação, que é a democratização do conhecimento, dando oportunidade ao cidadão humilde o acesso gratuito ao livro, onde o livro é livre para formar cidadão, e as pessoas simples possam beber da fonte cultural, esportiva, lazer e cidadania que é o livro.



Deputado baiano filho visita São José do Xingu

SÍTIO O REPORTER DO ARAGUAIA, 22.04.2014

Em continuidade de sua visita, já no feriado de 21 de abril, o Deputado se reuniu com alguns simpatizantes do seu trabalho onde prestou contas de suas últimas ações em prol do desenvolvimento de São José do Xingu/MT e região.

Falou de seu empenho e acompanhamento junto as comunidades indígenas para a liberação do asfalto cortando o Parque Nacional do Xingu, sendo o único deputado que esteve presente em todas as reuniões entre governo e lideranças indígenas. As obras já estão licitadas e aguardam a licença ambiental para o seu início.

O parlamentar destacou que o Governador já deu ordem de serviço para o asfaltamento do trecho que liga São José do Xingu ao Posto Sucupira e quanto aos trechos que faltam para ligar Xingu a Santo Antônio, as licitações estão sendo abertas ainda este mês para a contratação das empresas que irão executar as obras.

O Deputado reafirmou seu compromisso com a saúde da região do Araguaia e disse que tem cobrado incansavelmente do Governo do Estado que se comprometeu em iniciar as obras do Hospital Regional do Araguaia em Porto Alegre do Norte ainda este ano.

Estiveram presentes na reunião com o Deputado, lideranças políticas, empresários, representantes da saúde, esportes e outros segmentos da sociedade organizada de São José do Xingu.

Baiano Filho participará ainda nesta sexta-feira (25) do Fórum Político da 6ª Dinâmica de Empreendimentos e Empreendedores de PAN, que terá como tema deste ano, a Logística e a Infra estrutura na região do Araguaia.

Baiano foi um dos idealizadores do Fórum Político do Araguaia e é o único agente político a participar de todas as edições da audiência pública da Assembléia Legislativa do Estado realizada anualmente em PAN.

Baiano Filho foi o único Deputado a comparecer na 7ª Copa São José que aconteceu nos dias 19 e 20 de abril.



Comemorações do Mês do Índio em Embu continuam

SÍTIO JORNAL NA NET, 22.04.2014

Já está aberta a visitação a Exposição Tributo aos Povos Indígenas do Brasil, com fotos de Renato Soares, que ele produziu no período em que viveu entre os povos indígenas, no entorno do Rio Xingu, que corre do Mato Grosso ao Amazonas, e de Rita Barreto. Artistas da cidade e região também participam com pinturas de temas indígenas; alguns trabalhos foram produzidos especialmente para a mostra. São eles: Mauro Salles, Macedo, Leônidas, Wald-Mar, Margorith, Marilane Nicolau, Silvana Borges e Niob.

A exposição, que faz parte da programação do Mês do Índio, pode ser visitada no Centro Cultural Mestre Assis do Embu (largo 21 de Abril, 29, Centro Histórico), diariamente, das 8h30 às 16h30. Entrada gratuita.

PALESTRA SOBRE O XINGU

No dia 22/4, terça-feira, 19h30, também no Centro Cultural Mestre Assis, terá Palestra Índios do Xingu, com participação de três grandes nomes do setor. Fazem a conferência o fotógrafo Renato Soares, que falará da sua convivência com os índios da região, Valdemar de Andrade e Silva, o Walde-Mar, coordenador do Museu do Índio, que fundou, artista plástico e professor de curso da Unifesp sobre o mundo indígena, e Mané Pariat, autor de histórias em quadrinhos (HQ) com personagens indígenas. Assim como Walde-Mar, ele conviveu com o indigenista Orlando Villas Boas.



Madeireiros ilegais são detidos em terra indígena Menkragnoti, no PA
SÍTIO FOLHA DO BICO, 22.04.2014

Uma operação de fiscalização realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na terra indígena Menkragnoti, com cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará, resultou na detenção de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motosserras. Também foram aplicadas multas no valor de R\$ 50 milhões.

Os índios Kayapó denunciaram ao Ibama a ação de madeireiros ilegais em suas terras no início deste mês. "A grande maioria dos alvos foi localizada pela comunidade Kayapó. Essa parceria haverá de propiciar a manutenção da integridade da área, constituindo-se em uma barreira para travar os grandes grileiros na BR 163", disse o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

A ação contou com a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis homens da Força Nacional e servidores da Funai. Segundo o Instituto, a terra indígena abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no sudoeste do Pará, e as cidades de Matupá e Peixoto de Azevedo, no estado do Mato Grosso.



Na "Semana do Índio" Murilo é batizado e recebe nome indígena

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 22.04.2014

O prefeito Murilo foi batizado na manhã desta quinta-feira por rezadores e lideranças da reserva de Dourados como cidadão indígena e recebeu o nome de 'Key Russu' (que ilumina tudo). O ritual de batismo aconteceu na Vila Olímpica na Aldeia Bororó pouco antes da abertura dos jogos indígenas que comemoram a Semana dos Povos Indígenas.

De acordo com a coordenadora do evento, a artesã Kika "Mboruvixa" Nogueira, Murilo é o primeiro prefeito do Brasil a ser batizado pela comunidade indígena.

Conforme o ritual de batismo feito pelos rezadores, o cocar colocado no prefeito foi tirado de um jovem índio, que significa 'torna-se o mais novo guerreiro índio'. Conforme manda o ritual, em seguida o prefeito teve que lançar uma flexa, que para os indígenas significa que 'a alma indígena entrou nele'.

O ritual encerrou com os instrumentos indígenas depositados aos pés de Murilo, significando que o prefeito se tornou realmente um índio, que pode entrar e sair e até morar dentro da reserva de Dourados.

De acordo com Kika esse tipo de cerimônia nunca aconteceu na reserva de Dourados e nunca se ouviu falar que já houve em alguma reserva do Brasil. "Uma pessoa branca se tornar cidadão indígena com batismo, nunca houve", garante a artesã.

Murilo disse se sentir privilegiado e honrado ser escolhido para ser batizado como cidadão indígena, e torna-se um 'Key Russu'. "Para mim foi a maior honraria que recebi na minha vida. Essa felicidade vou guardar para o resto da existência, na alma e no coração", agradeceu o prefeito.

O vereador Aguilera de Souza, acompanhou a cerimônia, além da miss e mister indígena Cíntia Moraes Souza, 17, e Rocleiton Ribeiro Flores, 19, eleitos no sábado durante concurso realizado na Vila Olímpica.

SEMANA

A programação da Semana dos Povos Indígenas seguiu ainda na quinta-feira com a abertura dos jogos indígenas. Estão participando moradores das aldeias do município.

De acordo com os coordenadores do evento os jogos estão sendo disputados em várias modalidades, entre as quais sambo (dança típica com competição), tiro de arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força misto, futebol de campo (masculino e feminino), futsal (masculino e feminino), voleibol misto, corrida rústica e salto à distância (masculino e feminino). As inscrições podem ser feitas no local. As competições seguem até sábado, quando encerra em Dourados a Semana dos Povos Indígenas.